

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECOCÔMICAS**

DAIANA CORIN CHAVES

**O IMPACTO DO II PND SOBRE OS COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO E
EXPORTAÇÃO DE BENS INTERMEDIÁRIOS: ANÁLISE DE ALGUNS PRINCIPAIS
SETORES**

Porto Alegre

2010

DAIANA CORIN CHAVES

**O IMPACTO DO II PND SOBRE OS COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO E
EXPORTAÇÃO DE BENS INTERMEDIÁRIOS: ANÁLISE DE ALGUNS PRINCIPAIS
SETORES**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Marcilene Aparecida Martins

Porto Alegre

2010

DAIANA CORIN CHAVES

**O IMPACTO DO II PND SOBRE OS COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO E
EXPORTAÇÃO DE BENS INTERMEDIÁRIOS: ANÁLISE DE ALGUNS PRINCIPAIS
SETORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Economia, da
Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS
como requisito parcial para obtenção do título
bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2010.

Prof^ª. Dra. Marcilene Aparecida Martins - orientadora
UFRGS

Prof^ª. Jacqueline A. H. Haffner
UFRGS

Prof^ª. Ms. Karen Stallbaum
UFRGS

Aos meus pais, Paulo e Eloá, por todo amor e dedicação.

RESUMO

Este trabalho pretende retratar de que forma as medidas de política econômica do II Plano Nacional de Desenvolvimento afetaram o desempenho dos setores de bens intermediários no âmbito das importações e exportações e em que medida os objetivos do plano para estes setores foram alcançados. Para isso procurou-se primeiramente verificar quais eram as principais propostas do II PND para os setores de bens intermediários e como essas seriam implementadas. Após a verificação das propostas foi feita uma análise dos coeficientes de importações e exportações dos principais setores de bens intermediários que foram objetos dos programas do II PND.

Palavras-chave: Economia Brasileira. II PND. Planejamento Econômico. Governo Geisel. Indústria de Bens Intermediários.

ABSTRACT

This paper attempts to illustrate how the economic policy measures of the Second National Development Plan affect the performance of intermediate goods sectors in the context of imports and exports and to what extent the plan's objectives for these sectors has been achieved. For this it was first ascertain which were the main proposals of the II PND for intermediate goods sectors and how these would be implemented. After verification of the proposals was made an analysis of the coefficients on imports and exports of the main sectors of intermediate goods which are focused on the programs of the II PND.

Keywords: Brazilian Economy. II PND. Economic Planning. Intermediate goods industry.

LISTA DE TABELAS

Gráfico 1 – Evolução do valor FOB das exportações e importações por categoria de uso: bens intermediários 1974 – 1986-----	p.40
Gráfico 2 – Coeficientes de Comércio Exterior do Setor de Laminados de Aço-----	p.42
Gráfico 3 – Coeficientes de Comércio Exterior do Setor de Papel -----	p.45
Tabela 1 – Indicadores Econômicos II PND - Indústrias Básicas-----	p.26
Tabela 2 – Papel (1000 t) -----	p. 37
Tabela 3 – Fertilizantes (1000 t) -----	p.37
Tabela 4 – Ganhos de divisas derivados dos programas setoriais-----	p.41
Tabela 5 – Siderurgia – Coeficientes de Comércio Exterior-----	p.42
Tabela 6 – Metais Não Ferrosos – Coeficientes de Comércio Exterior -----	p.43
Tabela 7 – Celulose: Coeficientes de Comércio Exterior -----	p.44
Tabela 8 – Papel – Coeficientes de Comércio Exterior-----	p.44
Tabela 9 – Fertilizantes – Coeficientes de Comércio Exterior-----	p.46
Tabela 10 – Fertilizantes Nitrogenados e Fosfatados – Coeficientes de Importação-----	p.46
Tabela 11 – Petroquímica – Coeficientes de Comércio Exterior-----	p.47

SUMÁRIO

1	Introdução	p.9
2	Panorama da Conjuntura Política e Econômica Antes do II PND	p.12
	2.1. O Contexto Internacional	p.12
	2.2. O Contexto Nacional	p.14
3	O II PND: Diretrizes, Metas e Resultados Alcançados	p.21
	3.1. Diretrizes e Metas Estabelecidas no II PND	p.22
	3.2. A Implementação do II PND: Principais Programas e Projetos	p.31
	3.3. Resultados Alcançados em Termos de Expansão da Capacidade Produtiva	p.36
4	Impacto do II PND sobre os coeficientes de comércio dos setores de bens intermediários	p.39
	4.1 Siderurgia	p.41
	4.2 Metais Não-Ferrosos	p.42
	4.3 Papel e Celulose	p.44
	4.4 Fertilizantes	p.45
	4.5 Produtos Químicos	p.46
5	O II PND e seu significado como estratégia industrial	p.48
6	Conclusão	p.55
	Referências	p.57

1. Introdução

Ao final do período do “milagre econômico” (1968 – 1973) a economia brasileira apresentava insuficiência quanto à produção de diversos bens intermediários e de capital. A rápida expansão das importações e da dívida externa brasileira durante esse período determinou um aumento da dependência externa do Brasil. O coeficiente de importações sobre a oferta total cresceu especialmente para os bens intermediários e de capital, isso porque houve atraso nos programas governamentais em setores de bens intermediários, como o siderúrgico e por causa da política econômica que estimulava as importações de bens de capital.

Estas constituiriam as principais restrições para a aceleração do crescimento econômico. O crescimento das importações ocorreu principalmente devido às mudanças estruturais associadas ao crescimento do período, cuja característica é a liderança do setor industrial, em especial dos bens de consumo duráveis, o que ampliou a dependência externa da economia brasileira em relação a bens de capital. Essa grande capacidade produtiva do setor de bens de consumo duráveis estava condicionada a demanda por bens de capital e petróleo que o país não tinha condições de atender, sendo assim, tornava-se necessário que o país internacionalizasse a produção desses bens a fim de viabilizar o crescimento da economia.

Para enfrentar a crise o governo Geisel (1974 – 1979) propôs um ajuste estrutural que visava à diminuição da dependência estrutural externa da economia brasileira materializado no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em que o governo optava por impulsionar o crescimento econômico através de um vultoso programa de investimentos. O ajuste se daria através da substituição de importações de bens intermediários e de capital e do fornecimento de energia e da melhoria da infra-estrutura e se possível, com aumento da capacidade de exportação. Contudo, a viabilidade do plano estava condicionada a disponibilidade de recursos externos que só foi possível com a retomada da economia mundial após o primeiro choque do petróleo e devido à grande disponibilidade de liquidez no mercado internacional e o recuo das taxas de juros internacionais a partir de 1975.

As razões que levaram o governo Geisel a adotar o II PND e seus efeitos para a economia brasileira constituem uma controvérsia da literatura econômica até hoje. Vários autores já discutiram sobre o assunto, como Castro e Souza (1985) e Velloso (1998) que defenderam a

racionalidade econômica do plano enquanto que Aguirre e Saddi (1997) argumentaram que o plano teve suas razões fundamentadas na racionalidade política. Embora, este seja um tema importante na literatura econômica brasileira, não é o foco deste trabalho que pretende analisar os impactos do II PND na estrutura da indústria brasileira.

O setor de bens intermediários é de suma importância para a economia na medida em que influencia a formação da cadeia produtiva promovendo a interiorização da produção. O desenvolvimento do setor induz à instalação de indústrias de transformação e de bens de capital, gerando assim empregos e renda.

Dada a importância do setor de bens intermediários para a viabilidade do crescimento econômico no contexto da crise do período, o trabalho pretende analisar em que medida os investimentos II PND alteraram a estrutura do setor de bens intermediários e se de fato, no que tange a esse setor, ocorreu a redução da dependência externa pretendida pelo plano. O objetivo do trabalho é analisar os coeficientes de importação e de exportação de alguns dos setores de bens intermediários que foram objetos de investimentos dos programas setoriais do II PND.

Para isso o trabalho foi estruturado em quatro capítulos, além da Introdução e da Conclusão. O primeiro capítulo faz uma contextualização econômica e política do período, nos cenários internacional e nacional, mostrando a importância da opção adotada pelo governo Geisel em promover um ajuste estrutural produtivo mantendo níveis elevados de crescimento econômico mediante uma conjuntura adversa com relação ao choque do petróleo e à retração do comércio internacional gerando desequilíbrios no balanço de pagamentos. Ao mesmo tempo em que vivia um momento favorável em relação ao crédito externo devido o aumento da liquidez internacional promovida pelos “petrodólares”. O segundo capítulo apresenta o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, na primeira seção são apresentadas suas propostas e metas. A segunda seção apresenta quais foram as diretrizes implementadas e ações de política econômica derivadas da execução do plano. O terceiro capítulo faz uma análise dos impactos do II PND sobre coeficientes de comércio exterior dos setores de bens intermediários, os quais foram identificados, no segundo capítulo, como sendo os setores que receberam os maiores investimentos do plano e que apresentaram o melhor desempenho. Por fim, o quarto capítulo

apresenta uma revisão das principais interpretações a cerca do II PND e de seu significado para a economia brasileira.

2. Panorama da Conjuntura Política e Econômica Antes Do II PND

2.1 O Contexto Internacional

A partir de 1971, com o fim da conversibilidade do dólar em ouro, o mercado financeiro e monetário internacional encontrava-se desestabilizado. Em 1973 o regime internacional de taxas fixas de câmbio foi abandonado, havendo desvalorizações cambiais ao redor do mundo, gerando grande instabilidade nesses mercados. Essa instabilidade refletiu-se em diversos preços internacionais, entre eles o das matérias-primas.

A segunda metade da década de 1970 marca o esgotamento de um longo ciclo de prosperidade do capitalismo da ordem de Bretton Woods. Esse esgotamento é verificado através de alguns principais indicadores econômicos como a desaceleração do crescimento do PIB nos principais países industrializados, a perda de dinamismo do comércio mundial, o aumento da inflação e a elevação das taxas de juros. A suspensão da conversibilidade do dólar em ouro, em 1971, e a flutuação das taxas de câmbio, após 1973, foram acompanhadas de uma diminuição do comércio internacional. As tentativas de assegurar o dinamismo da demanda agregada pelas economias centrais através do gasto público não foram suficientes, apesar dos déficits fiscais (CARNEIRO, 2002).

Dessa forma, conforme Carneiro (2002) rompeu-se o “padrão virtuoso de articulação entre gasto público e privado”, no qual a ampliação do gasto público desencadeava o crescimento do gasto privado, gerando assim mais arrecadação evitando déficits mais elevados (CARNEIRO, 2002, p.50). O período pós-1973 foi marcado por déficits públicos elevados nos países centrais e pela contestação do sistema de taxas de cambio fixas e das restrições à mobilidade de capitais através da constituição de um sistema financeiro transnacional. As economias que acumulavam dólares nas suas reservas internacionais passaram a contestar o valor ou a paridade da moeda.

A saída encontrada para o sistema financeiro internacional foi o estímulo e a ampliação de um circuito financeiro em dólar fora dos Estados Unidos. Assim, os detentores de reservas em dólar poderiam fazer aplicações a juros livres, fora do sistema financeiro norteamericano. A partir da segunda metade dos anos 1970, grande parte desses recursos internacionais oriundos de

fontes privadas e de bancos transnacionais destinou-se ao financiamento das contas correntes deficitárias dos países periféricos. Esses empréstimos foram viabilizados devido a importantes inovações como: as taxas de juros flutuantes, os empréstimos sindicalizados¹ e o desenvolvimento do mercado interbancário, que permitiram reduzir os riscos dos bancos.

Conforme determinação do governo, as empresas estatais brasileiras só poderiam ter acesso ao sistema financeiro externo, não podendo recorrer ao crédito interno, dessa forma, com seus ativos, as empresas estatais constituíam o mercado ideal para o sistema financeiro internacional, que reciclava os “petrodólares”, ou seja, os imensos excedentes que os países árabes exportadores de petróleo começavam a acumular com o aumento dos preços do produto. Apesar da grande liquidez internacional deste período, não havia muitos demandantes de crédito, visto a instabilidade econômica mundial (REGO; MARQUES, 2006). Dessa forma, o governo brasileiro e as grandes empresas estatais tornaram-se os principais grandes tomadores de empréstimos do sistema financeiro internacional. Estes recursos que entraram no país financiariam os déficits em transações correntes, causados pelo aumento dos déficits da balança comercial e de serviços.

O “choque do petróleo” pode ser explicado pela instabilidade do mercado financeiro e monetário internacional em conjunto com uma tomada de posição de força dos países do Oriente Médio, por meio da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Esse aumento de preços significou uma grande transferência de recursos dos consumidores para os produtores desta commodity, além de uma elevação de custos e de preços, uma desordem nos balanços de pagamentos da maioria dos países. Segundo Gremaud e Pires (1999, p.70), o lado positivo deste cenário econômico foi o “aumento da liquidez internacional”, que já se apresentava no “final da década de 1960 no euromercado e que se aprofundou em função dos “petrodólares” e da retração dos investimentos nos países centrais”.

Para os países subdesenvolvidos a elevação brusca dos preços do petróleo, e o aumento das taxas de juros, caracterizando também o primeiro choque das taxas de juros após um longo período de juros nominais e reais muito baixos, constituem dois fatos graves. A quadruplicação

¹ Crédito compartilhado por vários bancos credores diminuindo os riscos entre os bancos participantes, mas tendo um banco como líder.

do preço do petróleo constitui apenas uma parcela da perda de relações de troca sofrida pelos países subdesenvolvidos não produtores de petróleo, os quais sofreram um aumento generalizado de preços dos bens produzidos nos países desenvolvidos sem contrapartida na elevação dos preços das suas exportações. O aumento das taxas de juros também foi significativo. Os juros nominais passaram de um patamar pré-choque de 5% para uma faixa entre 8% e 10% de 1974 a 1978, acelerando até atingir o pico de 19% em 1981 (CARNEIRO, 2002).

“Desaceleração do crescimento do Produto Interno Bruto – PIB dos países industrializados e do comércio internacional, perda das relações de troca, diminuição das formas de financiamento de maior estabilidade em benefício de outras mais caras e instáveis: tais foram os percalços para a periferia do mundo capitalista, oriundos da desagregação da ordem internacional de Bretton Woods” (CARNEIRO, p.55, 2002).

Conforme foi observado, a economia brasileira encontrava-se diante de um cenário internacional extremamente favorável a tomada de empréstimos externos devido à grande disponibilidade de recursos e às facilidades de crédito introduzidas. Esse ambiente externo influenciaria mais tarde a estratégia adotada pelo governo Geisel em 1974 de adotar um programa de investimentos que visava reduzir as dificuldades impostas pela crise do petróleo no longo prazo.

2.2 O Contexto Nacional

Durante a década de 1960 a dívida externa bruta brasileira praticamente não se alterou, apenas oscilava em torno de um patamar estável, cerca de 3 a 4 bilhões de dólares. No entanto, a partir de fins de 1968 a dívida bruta iniciou um crescimento acelerado, passando de 3,8 bilhões para 12,6 bilhões de dólares em fins de 1973. Segundo Cruz (1988), este aumento consiste no “primeiro grande impulso da dívida externa brasileira em sua história recente” (CRUZ, 1988, p.13) e a tomada de recursos externos era o principal meio para a viabilização das altas taxas de crescimento do PIB. Acreditava-se que a economia brasileira devido a sua insuficiência quanto à produção de diversos bens intermediários e de capital encontraria restrições tanto com relação ao setor externo, quanto à poupança interna se quisesse acelerar sua taxa de crescimento. O endividamento externo, portanto, condição necessária “ao esforço de desenvolvimento da economia nacional” (CRUZ, 1988, p.15).

A rápida expansão das importações e da dívida externa brasileira durante o período do “milagre econômico” (1968 – 1973) determinou um aumento da dependência externa do Brasil nesse período e nos próximos (HERMANN, 2005). Nesse período o coeficiente de importações sobre a oferta total cresceu especialmente para os bens intermediários e de capital, isso porque houve atraso nos programas governamentais em setores de bens intermediários, como o siderúrgico. Em relação aos bens de capital este crescimento resultou principalmente da política econômica que estimulava as importações no período 1968 – 1970. Contudo, o endividamento desse período só foi possível devido o grande afluxo de recursos externos e da disponibilidade de créditos ao longo prazo (CRUZ, 1988).

A importação de bens de capital, de matérias-primas básicas e de produtos siderúrgicos significava um gasto muito superior à capacidade doméstica de produção. Em 1973 é possível notar esse fenômeno através da elevação da taxa de inflação de 15% e de um crescimento das importações de 46,3%, sendo 23,6% para bens de capital; 61,5 para matérias-primas; 54,3% para bens de consumo e 73,1% para petróleo (BONELLI; MALAN, 1976, p.359). Os gastos com petróleo contribuiriam ainda mais para o desequilíbrio do balanço de pagamentos também nos anos seguintes.

“O ano de 1974 marca uma importante descontinuidade na evolução da economia e do balanço de pagamentos do Brasil. A análise da estrutura do balanço de pagamentos entre 1974 e 1978 mostra claramente a crescente importância daquilo que Mundell denominou “o problema da composição” entre conta corrente e conta de capital, no qual o equilíbrio interno e externo só pode ser alcançado com um aumento expressivo no montante de empréstimo do exterior. (BONELLI; MALAN 1983, p.12)

O crescimento das importações ocorreu principalmente devido às mudanças estruturais associadas ao crescimento do período. Esse crescimento é caracterizado pela liderança do setor industrial, em especial dos bens de consumo duráveis, o que ampliou a dependência externa da economia brasileira em relação a bens de capital. O crescimento desse período também foi acompanhado de um aumento da dependência da economia em relação ao petróleo, “cuja participação no consumo total de energia primária elevou-se de 34% em 1971 para 40% em 1973. No mesmo período, a importação do insumo elevou-se de 59% do consumo interno para 81%” (HERMANN, 2005, p.95).

O primeiro choque do petróleo ocorrido em 1973 que quadruplicou os preços do produto gerou um cenário de instabilidade generalizado. Países importadores de petróleo, como o Brasil, apresentaram dificuldades no balanço de pagamentos. Nesta época o Brasil importava mais de 80% do petróleo que consumia e as importações do país aumentaram de US\$ 6,2 bilhões em 1973 para US\$ 12,6 bilhões em 1974, assim como o saldo da balança comercial passou de um leve superávit em 1973 para um déficit de US\$ 4,7 bilhões em 1974 e a conta corrente de um déficit de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 7,1 bilhões (BAER, 2003).

Além disso, segundo Cavalcanti (1988), do lado da demanda outros três fatores contribuíram para agravar o desequilíbrio do balanço de pagamentos. O primeiro foi a deterioração dos termos de intercâmbio, devido a elevação dos preços do petróleo e dos bens manufaturados de países desenvolvidos; o segundo foi a elevação das taxas de juros internacionais; e o terceiro foi a redução da expansão do comércio mundial que reduziu o crescimento das exportações brasileiras. Do lado da oferta houve uma redução do volume de empréstimos e dos prazos, principalmente devido à restrição da expansão da liquidez internacional aos países subdesenvolvidos que estavam em situação difícil porque assumiram grande parcela dos desequilíbrios internacionais, e a alguns bancos importantes que entraram em colapso devido a operações cambiais especulativas fazendo surgir uma crise de confiança (CAVALCANTI, 1988).

A partir do período do “milagre” a estrutura produtiva da economia brasileira possuía grande capacidade produtiva no setor de bens de consumo duráveis, porém, essa capacidade produtiva estava condicionada à demanda por bens de capital e petróleo que o país não tinha condições de atender (HERMANN, 2005). Assim, torna-se evidente a necessidade de importar bens de capital e petróleo para viabilizar o crescimento da economia.

Havia uma discrepância entre as taxas de crescimento dos diversos setores da indústria. As indústrias básicas e de bens de capital encontravam-se em atraso em relação à expansão mais intensa do setor de bens de consumo duráveis. De acordo com Gremaud e Pires (1999), enquanto os bens de capital e bens intermediários aumentaram a sua produção em 18,1% e 13,5% ao ano em média, entre 1967 e 1973, a oferta de bens de consumo duráveis aumentou em 23,6% ao ano no mesmo período. Apesar do crescimento das exportações nos últimos anos do período do

“milagre”, as importações aumentaram de forma intensa gerando uma reversão no saldo da balança comercial que passou a ser deficitária. Outro desequilíbrio que surgiu neste período foi a inflação (GREMAUD; PIRES, 1999).

Diante da crise que a economia brasileira enfrentava causada tanto por fatores externos (choque do petróleo) quanto por fatores internos (desequilíbrio no balanço de pagamentos e inflação) o governo teria, segundo Castro e Souza (1985), duas alternativas convencionais: o financiamento ou o ajustamento. O financiamento significaria que a interpretação da crise por parte do governo seria de que a mesma possuiria caráter efêmero, não havendo, assim, necessidade de realocação de recursos na economia. Essa opção, no entanto, só seria possível mediante disponibilidade de recursos no mercado internacional. Por outro lado, a escolha pelo ajustamento significaria reconhecer a necessidade de ajustar a política econômica visando a adaptação da economia ao novo cenário.

Segundo Hermann (2005), havia três possibilidades para a economia brasileira; a primeira seria permitir um crescimento acompanhando as condições do mercado internacional, ou seja, haveria crescimento nos períodos favoráveis à geração ou captação de divisas pelo país através das exportações ou do endividamento. A segunda seria promover o ajuste externo através da desvalorização cambial, o que permitiria o crescimento econômico através do aumento das exportações líquidas. A terceira seria a superação da dependência externa, investindo na ampliação da capacidade de produção doméstica de bens de capital e petróleo. As duas primeiras alternativas constituem um modelo de ajuste conjuntural e potencialmente recessivo. Já a terceira alternativa constitui um modelo de ajuste estrutural, porque visa ao longo prazo remover ou atenuar a restrição externa ao crescimento, através da substituição de importações e do aumento da capacidade de exportar (HERMANN, 2005).

“As questões de importância passaram a ser as relacionadas às alternativas de política econômica disponíveis para minorar as consequências da crise a curto prazo e a encaminhar soluções de longo prazo para um problema agravado pelo petróleo, mas certamente não redutível às consequências de elevação dos preços internacionais deste particular produto”. (BONELLI, R.; MALAN, P., 1976, p.363).

Segundo Carneiro (1990), a opção de ajustamento seria feita através da desvalorização do câmbio e a rápida mudança de preços relativos, a fim de repassar de imediato os novos custos

dos produtos importados e alterar o valor das exportações. A demanda deveria ser contida rapidamente para impedir que o superaquecimento do regime anterior transformasse o choque dos preços relativos em inflação permanentemente elevada. Esta alternativa, no entanto, implicaria alguma recessão. A opção pelo financiamento permitiria que o ajuste de preços relativos ocorresse de forma mais gradual e calibrada, enquanto houvesse grande disponibilidade de financiamento externo. Porém, com o financiamento, o risco de inflação mais elevada seria maior, devido à dificuldade do governo em controlar a demanda ao rejeitar um ajuste recessivo (CARNEIRO, 1990).

De acordo com Gremaud e Pires (1999), para que o crescimento fosse mantido seria necessário um forte volume de inversões, tendo em vista que não havia mais capacidade ociosa na economia. O choque do petróleo além de forçar mudanças na estrutura produtiva nacional teria importante impacto sobre o balanço de pagamentos.

Dado o quadro de dependência estrutural e restrição externa que caracterizava a economia brasileira no início de 1974, o governo, segundo Castro e Souza (1985), recusaria o ajustamento convencional, cujo resultado seria o desaquecimento da economia, ao mesmo tempo em que não escolheria o financiamento propriamente dito, ou seja, a tomada de empréstimos pelo setor público e privado de recursos externos. Isso porque o financiamento visto de maneira tradicional implicaria passividade das autoridades econômicas enquanto que a escolha do financiamento pelo governo visava a continuidade do crescimento econômico buscando uma solução para os problemas de abastecimento de energia e de insumos básicos. A alternativa adotada pelo governo agiria “direta e preferencialmente sobre a formação de capital” (CASTRO; SOUZA, 1985, p.34).

A opção adotada pelo governo em 1974 foi além de um ajustamento conjuntural utilizando a política fiscal e monetária ou de um financiamento externo, o governo propôs um ajuste estrutural que visava a diminuição da dependência estrutural externa. Nos primeiros meses de governo foram instituídas políticas monetárias e fiscais restritivas para conter a demanda. Em 1974 a reação política manifestou-se com a proposta do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, em que o governo optava por impulsionar o crescimento econômico através de um vultoso programa de investimentos.

O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) identificava como principal problema a “vulnerabilidade externa associada à estrutura produtiva incompleta” (GREMAUD; PIRES, 1999, P.73), ou seja, o hiato de estrutura produtiva e o hiato de divisas que caracterizavam o subdesenvolvimento do país. Para que pudesse haver a autonomia nacional, deveria haver a internacionalização de toda a base técnica da produção. Dessa forma, dada a incapacidade do mercado em promover as transformações estruturais necessárias, impunha-se a atuação do Estado, através de seus investimentos diretos ou apoiando o setor privado nacional. O modelo de ajuste externo estrutural materializado no II PND consistia em um plano de investimento público e privado a ser implementado entre 1974 e 1979 que se propunha a ultrapassar a fronteira do subdesenvolvimento rumo ao desenvolvimento.

“Os novos investimentos eram dirigidos aos setores, identificados, em 1974, como os grandes “pontos de estrangulamento” que explicavam a restrição estrutural e externa ao crescimento da economia brasileira: infra-estrutura, bens de produção (capital e insumos), energia e exportação” (HERMANN, 2005, p.100).

Segundo Tavares e Assis (1985), o Plano pretendia, de forma simultânea, concluir o ciclo de instalação da indústria pesada, acabar de internalizar a indústria de bens de capital e complementar o parque industrial de insumos básicos e de bens intermediários e expandir os serviços de infra-estrutura econômica a cargo das empresas estatais, principalmente nos setores de energia, transportes e telecomunicações.

“Os objetivos desses programas eram: (1) agir como uma forte política contracíclica diante do impacto causado pela crise do petróleo e manter uma razoável taxa de crescimento, um nível de emprego e de consumo; (2) mudar a estrutura da economia através da substituição de importações e diversificação e expansão de exportações...” (BAER, Werner, 1995, p.110).

A retomada da economia mundial após o primeiro choque do petróleo, assim como a ampla disponibilidade de liquidez no mercado internacional e o recuo das taxas de juros internacionais a partir de 1975 tornaram possível o modelo de ajuste externo implementado através do II PND (HERMANN, 2005).

Segundo Bonelli (1996), “O aspecto importante a destacar neste período é que a economia pôde crescer tanto quanto efetivamente cresceu porque os custos de um ajuste à situação internacional (depois da primeira crise do petróleo) foram adiados. Isso foi possível graças ao acesso ao endividamento externo. De fato, em um período marcado pela recessão internacional (como foi aquele de meados dos anos 70), no qual os países da OECD experimentaram uma redução substancial no crescimento e no comércio, a economia brasileira conseguiu crescer à taxa média anual de 6,4% (1975-1978)” (BONELLI, 1996, p.130).

Diante do exposto, fica claro que o Brasil não tinha muitas alternativas para enfrentar a crise do período, tendo uma estrutura industrial atrasada, dependente de matérias primas e de energia, atributos fundamentais para sustentar o crescimento econômico, e mediante condições de financiamento externo favoráveis, como baixas taxas de juros e longos prazos para pagamento. Sendo assim, o governo Geisel opta por elaborar um plano de investimentos que pretendia a longo prazo solucionar ou atenuar essas dificuldades impostas a economia brasileira.

3. II PND

O projeto de lei do II Plano Nacional de desenvolvimento (PND), para os exercícios de 1975 a 1979 foi submetido ao Congresso Nacional em 10 de setembro de 1974. O Congresso Nacional decretou e o Presidente Geisel sancionou a Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974, na qual são aprovadas as diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano. O Poder Executivo ficaria encarregado de adaptar o Plano às circunstâncias emergentes.

O II PND consistiu em um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, no qual o Governo, sob coordenação da Secretaria de Planejamento, estipulou metas a serem alcançadas nos cinco anos seguintes a 1974. O Presidente Ernesto Geisel, em seu pronunciamento a reunião ministerial de 10 de setembro de 1974, reconheceu a difícil tarefa de planejamento frente à instabilidade econômica oriunda de crises como a crise do sistema monetário internacional, a crise de energia e de matérias-primas essenciais, a crise de inflação epidêmica e a crise no comércio exterior que deteriorava a balança de pagamentos.

Neste pronunciamento o Presidente previa um crescimento expressivo do país nos próximos cinco anos a taxas comparadas a dos últimos anos. Esse crescimento seria promovido tanto pelo governo quanto pelo capital privado nacional e internacional, e esta consistia a principal razão pela qual o governo acreditava que se poderia atingir em curto prazo um novo patamar internacional de desenvolvimento e progresso.

O governo Geisel (1974-79), ao redefinir as prioridades da economia e do crescimento industrial, desloca o eixo dinâmico da expansão. O consumo e investimento privados cedem lugar ao investimento do setor público, notadamente das empresas estatais. Os investimentos do setor público vão cumprir, inclusive, o papel de articular a nova onda de investimentos privados (BELLUZZO; ALMEIDA, 1992, p. 32).

Seria promovido um ajuste da economia nacional, em curto prazo, às novas condições do ambiente internacional. Para isso seriam eliminados subsídios ao uso do petróleo e de outros insumos dependentes, principalmente, de importações. Setores de produção doméstica seriam consolidados por meio de incentivos, os quais também seriam destinados a novos setores como o de não-ferrosos, fertilizantes, novas fontes de energia e bens de capitais, em que ainda fosse

possível uma política de substituição de importações favorecida pela abundante disponibilidade de recursos internacionais do período (BRASIL, 1974).

Se possível, seriam criadas novas frentes de exportação, da mesma forma que haveria um maior controle da pauta de importações, afim de, reajustar o balanço de pagamentos. Para isso seria necessário um aumento da dívida externa e um elevado volume de reservas monetárias, essenciais para captação de poupança externa, que constituiria a variável estratégica para o dinamismo do crescimento econômico. A perspectiva seria de que o II PND, se mantidas condições normais no contexto internacional, revelasse ao fim da década “um País com dimensões de potência emergente e estrutura social substancialmente melhorada” (BRASIL, p.6, 1974).

3.1 Diretrizes e Metas Estabelecidas no II PND

Entre os principais objetivos do II PND estavam o ajuste da estrutura econômica do país à situação de escassez de petróleo e ao novo estágio de sua evolução industrial, a consolidação de uma estrutura industrial moderna e competitiva, uma política de energia que visava atender no longo prazo a necessidade de energia, o desenvolvimento de ciência e tecnologias, a integração nacional, a ocupação produtiva da Amazônia e da região Centro-Oeste, desenvolvimento social, e uma maior integração com a Economia Mundial.

Seria dada maior importância às indústrias de base, ao setor de bens de capital e à Eletrônica Pesada, assim como ao setor de Insumos Básicos, a fim de promover uma substituição de importações e abrir novas frentes de exportações. A estrutura industrial moderna seria alcançada através de grande investimento nas áreas de indústrias básicas, desenvolvimento científico e tecnológico e infra-estrutura econômica (BRASIL, 1974).

De acordo com Lessa (1998), a estratégia central do II PND era composta por duas frentes articuladas, uma indicava um novo padrão de industrialização, enquanto a outra se ocupava de reequilibrar a estrutura industrial fortalecendo o capital privado nacional. Nas palavras do autor:

“o núcleo central da nova Estratégia é integrado por duas diretivas mutuamente articuladas. A primeira indica a montagem de um novo Padrão de Industrialização, no qual o comando da dinâmica da economia da economia localizar-se-ia na indústria de base. A transferência do núcleo dinâmico de certos setores de bens de consumo para a indústria de base e as conseqüentes redefinições da infra-estrutura de suporte e do processo de integração nacional compõe a primeira diretiva central da Estratégia. A segunda privilegia a correção dos desbalanceamentos da Organização Industrial mediante o fortalecimento progressivo do capital privado nacional, de molde a “reequilibrar” o tripé...” (LESSA, 1998, p.19).

Em relação à política de energia o plano reconhecia que em um país que importava mais de dois terços do petróleo consumido, a política de energia tornava-se decisiva para estratégia nacional. Sendo assim, o plano previa um programa maciço de prospecção e produção de petróleo, assim como a redução de consumo do mesmo, principalmente nos transportes, e o aproveitamento dos recursos hidroelétricos, ao mesmo tempo seria posto em execução um programa de pesquisas de novas fontes de energia, acompanhando as tendências mundiais.

Segundo Castro e Souza (1985), embora o plano visasse solucionar os problemas de fornecimento de energia no longo prazo, algumas atividades de uso intensivo de energia, como a metalurgia e a petroquímica, que estavam entre as prioridades do II PND, promoveriam a curto e médio prazo um agravamento desse problema.

No campo da Ciência & Tecnologia, era previsto investimentos de aproximadamente Cr\$ 22 bilhões visando à execução do II e do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação. Embora a maior parte dos investimentos na área tecnológica fosse destinada a atualizar a tecnologia de vários setores, assim como fazer adaptações tecnológicas, seria viável também a execução de projetos de ponta com inovação tecnológica (BRASIL, 1974).

No que diz respeito à Integração Nacional prevista, o plano previa a realização de um programa que contaria com recursos de Cr\$ 165 bilhões. O Nordeste receberia Cr\$ 100 bilhões, e deveria crescer a taxas superiores às do resto do Brasil, a fim de reduzir o hiato existente entre esta e as regiões mais desenvolvidas do país. Em relação à indústria, seria construído um Pólo Petroquímico na Bahia, e um Pólo de Fertilizantes e um Complexo Metal-Mecânico e Eletro-Mecânico também seriam implantados. O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da

Amazônia (POLAMAZÔNIA). O Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental, o Programa de Desenvolvimento de Recursos Florestais e o programa de desenvolvimento do Pantanal impulsionariam a ocupação produtiva da Amazônia e do Centro Oeste (BRASIL, 1974).

Segundo Carneiro (2002), “Pode-se sintetizar a estratégia do Plano em quatro eixos centrais: modificações na matriz industrial, ampliando a participação da indústria pesada; mudanças na organização industrial, acentuando a importância da empresa privada nacional; desconcentração regional da atividade produtiva, visando a reduzir a concentração espacial da produção; e, finalmente, melhoria da distribuição de renda” (CARNEIRO, 2002, p.60).

Em relação à estratégia de desenvolvimento social, havia um orçamento de Cr\$ 760 bilhões, para os cinco anos do plano. Esse orçamento seria desdobrado em: Política de Emprego, a qual almejava a criação no período de aproximadamente 6,6 milhões de empregos novos; Política de Salários, que permitiria a criação da base para o mercado de consumo; Política de Valorização de Recursos Humanos, que visava a qualificação da mão-de-obra, aumentando assim a sua capacidade de aumentar a renda; Política de Integração Social, que compreenderia as ações de mecanismos destinados a suplementar a renda, a poupança e o patrimônio do trabalhador, e a ampliação do conceito de previdência social; Programa de Desenvolvimento Social Urbano, para o qual seriam destinados cerca de Cr\$ 110 bilhões para transportes coletivos e outros (BRASIL, 1974, p18 e 19).

Quanto a Integração com a Economia Mundial, o Estado procuraria manter sob controle o déficit do balanço de pagamentos em conta corrente e continuaria com a política de diversificação das fontes de financiamento dos mercados externos e do investimento direto estrangeiro. Era prevista uma atuação diversificada para o comércio brasileiro dentro dos Estados Unidos, uma consolidação da posição brasileira junto ao Mercado Comum Europeu, o desenvolvimento de uma maior integração com a América Latina, assim como uma política mais efetiva em relação à África. Haveria também uma estratégia de cooperação com os países Árabes, fortalecimento das relações com o Japão e a intensificação do comércio com a União Soviética e o Leste Europeu, bem como a ampliação da frente de relações comerciais com a China (BRASIL, 1974).

O Governo estava consciente da dificuldade que seria manter taxas de crescimento da ordem de 10% a partir de 1975, principalmente diante da plena capacidade alcançada no setor industrial, dos problemas relacionados com a crise de energia, da escassez de matérias-primas e de seus efeitos sobre o balanço de pagamentos. Seria mantida atitude flexível avaliando os resultados alcançados ano a ano para os possíveis ajustes indicados.

De acordo com o II PND, “preferiu-se a opção de preservação do crescimento acelerado como política básica: para um país que ainda está construindo seu empresariado e sua estrutura industrial, um recuo pode significar violento traumatismo para a organização empresarial e a viabilização nacional para o desenvolvimento” (BRASIL, p.29, 1974).

O crescimento esperado da Indústria no Brasil, no período de 1975 – 1979, era da ordem de 12% ao ano. Para viabilizar esta meta o Governo adotaria uma “política industrial voltada a realizar a configuração definitiva (definitiva quanto ao estágio) do perfil industrial que se deseja, no Brasil” (BRASIL, 1974, p.37).

O crescimento industrial estava vinculado à consolidação de um modelo brasileiro de capitalismo industrial. Esse modelo viabilizaria o desenvolvimento industrial através do setor privado e da empresa nacional que desempenharia papel importante na estrutura industrial moderna e poderosa que se desejava consolidar no país. A orientação era de que só haveria empresas estatais onde a iniciativa privada não pudesse ou não quisesse investir devido à baixa rentabilidade dos projetos, ou ao grande volume de investimento necessário.

A estratégia industrial do período buscava o desenvolvimento dos setores de base, com ênfase na Indústria de Bens de Capital, na Indústria Eletrônica de Base e da área de Insumos Básicos. A preocupação fundamental em relação aos Bens de Capital era no sentido de inverter a tendência que era do comprador importar o máximo, devido às desvantagens da compra de equipamentos nacionais. Nesse sentido, o governo atuaria expandindo o financiamento de longo prazo e adaptando o sistema fiscal. Em relação aos Insumos Básicos, o país adotaria uma política de garantia de suprimento, se fosse viável, buscando a auto-suficiência e quando não fosse viável procuraria reduzir ao mínimo a dependência externa. Os principais grupos considerados de Insumos Básicos eram: produtos siderúrgicos, metais não-ferrosos, produtos petroquímicos,

fertilizantes, defensivos agrícolas e suas matérias-primas, papel e celulose, matérias-primas para a indústria farmacêutica, cimento, enxofre, e outros minerais não-metálicos (BRASIL, 1974).

Tabela 1 – Indicadores Econômicos II PND - Indústrias Básicas

Setores	1974	Previsto para 1979	Aumento no período (%)
Indústria de Bens de Capital			
Produção Total (mil t)	2000	3400	70
Maquinaria Mecânica e Elétrica (mil t)	898	1603	79
Tratores (mil unidades)	44	84	91
Construção Naval (mil TPB)	410	1140	178
Mat. Ferroviário (mil t)	122	214	75
Siderurgia e Metalurgia (capacidade instalada, em mil t)			
Aço em lingotes	8600	22300	159
Laminados Planos e Perfis Pesados	4100	13100	220
Laminados Não- Planos e Aços Especiais	4600	8300	80
Alumínio	120	190	58
Cobre	10	60	500
Zinco	33	58	76
Química (capacidade instalada, em mil t)			
Ácido Sulfúrico	986	3388	244
Soda Cáustica e Barrilha	273	700	156
Cloro	212	593	179
Fertilizantes (NPK)	586	1199	105
Resinas Termoplásticas	408	851	118
Fibras Artificiais e Sintéticas	176	253	43
Elastômeros Sintéticos	144	239	66
Detergentes (em DDB)	27	75	178
Eteno	343	718	109
Amônia	268	577	115
Bens Intermediários Não-Metálicos (capacidade instalada em mil t)			
Cimento	17130	26190	53
Celulose	1547	2860	85
Papel	2267	2900	28

Fonte: II PND, p.103

Seriam implementados planos especiais para fertilizantes, visando à auto-suficiência; para Papel e Celulose, visando, além da auto-suficiência, a exportação e para outros Insumos Básicos, como Não-Ferrosos e Matérias-Primas para a Indústria Farmacêutica. Através do MIC (Ministério da Indústria e do Comércio), do MME (Ministério das Minas e Energia) e do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) seria dado amplo apoio a empreendimentos liderados pelo setor privado, principalmente na área de insumos básicos (BRASIL, 1974).

O país buscaria impulsionar a industrialização de minérios com alta intensidade de energia elétrica, como o alumínio, por exemplo, em que o país possuía poder competitivo para criar um fluxo importante de exportações. As exportações de indústrias tradicionais seriam complementadas com manufaturados de maior complexidade tecnológica como computadores de fabricação nacional, navios, automóveis, ônibus, caminhões, equipamentos agrícolas, rodoviários e hidroelétricos, máquinas-ferramentas, produtos siderúrgicos, equipamentos e componentes de bens de capital, etc. Seria dado maior impulso também ao desenvolvimento de tecnologia industrial com o objetivo de evitar gastos excessivos nos pagamentos por tecnologia, assim como ao desenvolvimento da indústria de alimentos e modernização e reorganização de certas indústrias tradicionais (BRASIL, 1974).

Em relação à Indústria Eletrônica de Base, deveria ser desenvolvida a eletrônica digital, assim como seria mantido o esforço de expansão da produção de equipamentos eletrônicos e de computadores comerciais de grande porte para exportação. Seria implantada a indústria brasileira de minicomputadores, sob o controle do capital nacional, a fabricação de processadores de centrais eletrônicas de computação na área de telecomunicações e a indústria nacional de componentes eletrônicos sofisticados, como os circuitos integrados (BRASIL, 1974).

Haveria abertura de novos campos de exportação de manufaturados com maior complexidade tecnológica, que complementariam as exportações de indústrias tradicionais. Esses novos campos incluiriam os computadores de grande porte, minicomputadores de fabricação nacional, navios, automóveis, ônibus, caminhões, motores, e outros componentes da indústria automobilística, assim como equipamentos agrícolas, rodoviários e hidroelétricos, máquinas-ferramenta e instrumentos, produtos siderúrgicos, inclusive pela construção de usinas destinadas principalmente à produção de semi-acabados para exportação, equipamentos e componentes de

bens de capital, relógios e aparelhos de precisão. Projetos mais sofisticados nessas áreas direcionados para exportação contariam com incentivos especiais como os do BEFIEIX (Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação) (BRASIL, 1974).

Ao mesmo tempo, era preocupação do plano que se evitasse a continuação da tendência à concentração da atividade industrial em uma única área metropolitana, o objetivo era atenuar os desníveis regionais de desenvolvimento industrial, estimulando um melhor equilíbrio entre São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e aos pólos industriais das regiões Sul e Nordeste. Com objetivo de descentralizar as atividades industriais, os locais dessas instalações passaram a ser adotados como critério de julgamento de concessão de incentivos do CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial), do financiamento do BNDE e outros estímulos oficiais a projetos industriais.

O Governo tinha conhecimento de que para a implantação das metas do II PND seria necessário um grande volume de investimento e participação do setor empresarial nacional e estrangeiro.

“A implementação da estratégia definida irá exigir a rápida mobilização de capacidade empresarial, nacional e estrangeira, e um tremendo esforço de investimento. As estimativas preliminares indicam a necessidade de investimentos nas indústrias de transformação, no período de 1975 – 1979, da ordem de Cr\$ 300 bilhões, devido à plena utilização da capacidade existente e à maior ênfase em setores básicos, com importante substituição de importações” (BRASIL, 1974, p.41).

Em relação à Política de Energia, observou-se que o Brasil estava situado em uma posição intermediária em relação a outros países, no contexto da crise do petróleo. Isso porque o Brasil dependia pouco do petróleo para produção de energia elétrica, apenas 10%, e também não dependia do petróleo para produção de calor. Contudo, é grande a dependência em relação ao petróleo para transporte e como matéria-prima para indústria. Em 1974, o petróleo e o gás respondiam por aproximadamente 48% do total de energia que era consumida no país, e cerca de 40% das fontes de energias do Brasil eram importadas, sendo quase a totalidade constituída de petróleo (BRASIL, 1974, p.81).

O Governo, consciente da importância da oferta de energia para a viabilização do crescimento econômico, pretendia reduzir a dependência em relação ao petróleo. Dentro do setor energético, a idéia era substituir o petróleo pela eletricidade e pelo carvão, este por ser abundante no mercado, embora uma parte fosse importada. O petróleo seria economizado para utilização principalmente em transporte e a parcela importada do total consumido deveria ser reduzida. No longo prazo, o Brasil deveria prover internamente suas fontes básicas de energia. Isso dependeria dos resultados da prospecção do petróleo, da exploração do xisto e da descoberta de jazidas de urânio.

No sentido de reduzir a dependência do Brasil em relação a fontes externas de energia, aumentando a oferta interna de petróleo, o II PND promoveria um programa maciço de prospecção e de produção, elevando o investimento neste setor de Cr\$ 8 bilhões, no período de 1970-1974 para Cr\$ 26 bilhões nos cinco anos seguintes. Esse aumento de 225% em termos reais poderia ser elevado em função de captação de recursos adicionais e da disponibilidade de equipamentos especializados. O total de investimentos do programa de petróleo seria de no mínimo Cr\$ 56 bilhões. Além do programa de petróleo, haveria o desenvolvimento do programa de xisto, no qual a PETROBRAS aplicaria pelo menos Cr\$ 2,8 bilhões, que previa o financiamento da primeira usina industrial (BRASIL, 1974, p.82).

Visando a diversificação das fontes de energia interna e a substituição do petróleo por outras fontes, o Plano instituiria o Programa de Eletrificação de Ferrovias, a Política de deslocamento progressivo do transporte de grandes massas para os setores ferroviário, marítimo e fluvial, o Programa Nacional de Transportes Coletivos, a produção de álcool para adição à gasolina e a ampliação do uso do carvão, principalmente na indústria. Para reduzir a demanda de petróleo para fins não industriais, seria feita uma política realista de preços de derivados de petróleo, eliminando subsídios, assim como seriam impostas medidas para evitar o desperdício e para onerar o uso supérfluo de combustíveis, como maior tributação sobre lanchas de passeio e punição para veículos com motores desregulados, por exemplo, (BRASIL, 1974, p.83).

Na política de balanço de pagamentos seriam adotados tetos aos dispêndios com importação de petróleo, para permitir maior previsibilidade no comportamento das importações. Ainda com o propósito de reduzir o consumo de petróleo, o Plano previa o emprego intensivo de

energia de origem hidroelétrica na produção onde o consumo de energia elétrica fosse alto, tencionando assim uma substituição de importações e principalmente a exportação aproveitando o baixo custo da energia hidráulica, e a Execução do Programa Ampliado de Energia Elétrica, no valor de Cr\$ 200 bilhões, que seria capaz de aumentar cerca de 60% da capacidade instalada de geração. Esse programa incluía além de Itaipu, outros importantes aproveitamentos hidroelétricos como Itumbiara, São Simão, Paulo Afonso IV, Xingó, Salto Santiago e outras de menor porte, e a segunda e talvez terceira central nuclear, assim como instalações de centrais termoelétricas (BRASIL, 1974, p.84).

De acordo com o II PND (1974), se os estudos de viabilidade fossem favoráveis, deveriam ser executados dois projetos energéticos na bacia do Tocantins, além de um amplo programa de pesquisa do potencial hidroelétrico da Amazônia. O II PND incluía também um Programa de Carvão, no sentido de expandir e modernizar a produção, o que incluía pesquisas para a utilização do carvão como matéria-prima para elaboração de produtos industrializados, e o Desenvolvimento de Programa de Pesquisa de Fontes Não Convencionais de Energia, com financiamento do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), voltado para a economia do hidrogênio, utilizado como combustível e a energia solar. Por último, na área da política de energia, era previsto a produção de minerais energéticos nucleares, bem como a sistematização de pesquisa, lavra, instalação de usinas de concentração e elaboração sucessiva.

Para a realização dos objetivos definidos, levando em conta as prioridades estabelecidas, seria executado no período 1975-1979, um Programa de Investimentos que apresentava na área de Infra-Estrutura Econômica um total de investimentos de Cr\$ 439,4 bilhões, do qual Cr\$ 255 seriam dos Programas de Energia, Cr\$ 28 bilhões do Desenvolvimento Ferroviário e 23 Cr\$ da Construção Naval. O Desenvolvimento Científico e Tecnológico receberia cerca de Cr\$ 22 bilhões para aplicação em pesquisa fundamental e aplicada. Diante da necessidade de expandir rapidamente a capacidade de produção na indústria principalmente em setores básicos, como bens de capital, Siderurgia, Química e Insumos Básicos estavam previstos investimentos industriais no total de Cr\$ 300 bilhões, dos quais Cr\$ 254 bilhões eram para a indústria básica (BRASIL, 1974, p.115).

Conforme observado, das diretrizes propostas pelo II PND, destaca-se a área de desenvolvimento social que receberia quase 3 vezes mais investimentos do que a indústria de transformação, e a área destinada a consolidar uma economia industrial moderna que receberia aproximadamente o mesmo valor de investimentos em torno de Cr\$ 700 milhões. Já a área destinada ao desenvolvimento científico e tecnológico não era efetivamente uma prioridade do plano, pois receberia apenas 22 bilhões.

3.2 A Implementação do II PND: Principais Programas e Projetos

A partir da análise das diretrizes estabelecidas e dos programas de gastos com investimentos propostos pelo II PND, a seção a seguir busca analisar o que e quanto do que foi proposto foi efetivamente implementado. Durante o período do Governo Geisel foram realizadas inovações, ajustes institucionais e organizacionais, assim como medidas instrumentais baseadas no II PND. No entanto, à medida que surgiam dificuldades estruturais da economia e problemas de reversão cíclica as metas previstas no plano iam sendo reduzidas.

Houve uma desaceleração progressiva do investimento, marcada pela evolução da taxa de investimento, que depois de ter atingido o pico de 25% do PIB em 1975/1976 teve uma contínua e progressiva queda confirmando o recuo do programa de inversões, assim como houve uma progressiva substituição do investimento privado pelo investimento público. A participação do investimento privado total cai de 60%, em 1974, para 55% em 1979, enquanto o investimento das empresas estatais aumenta a sua participação passando de 23,5% do total, em 1974, para 28,5 em 1979 (CARNEIRO, 2002, p.66).

No curto prazo a política econômica do governo Geisel consistiria em manter a taxa de crescimento em níveis elevados, equilibrar as contas externas e conter a inflação. O principal agente da reorganização financeira seria o BNDE, cujo papel seria orientar seus financiamentos, suas participações e incentivos para os setores prioritários e favorecer a instalação de grupos nacionais nessas áreas. Os recursos adicionais para o BNDE foram buscados nos fundos sociais de poupança compulsória como o PIS/PASEP. “A Lei Complementar nº19 duplicou os recursos à disposição do BNDE, convertendo-o em principal agente financeiro do II PND” (LESSA, 1998, p.96).

Entre as principais medidas propostas pelo II PND, estava a ampliação da oferta de insumos básicos, sobretudo, buscando a auto-suficiência nacional ao final da década de 70. Segundo Lessa (1998), os investimentos destes setores seriam responsáveis por desencadear um aumento da demanda de máquinas e equipamentos.

“A mudança do Padrão de Industrialização dispunha no coração da Estratégia uma ampliação da oferta de insumos básicos perseguindo no principal a auto-suficiência nacional para 1980. Os investimentos destes setores criariam uma procura ampliada de máquinas e equipamentos. Esta demanda orientada crescentemente para o mercado interno constituiria um horizonte firme e programado para a expansão, a diversificação e a sofisticação tecnológica da indústria nacional de bens de capital” (LESSA, 1998, p.105).

Antes mesmo da divulgação do II PND, já era conhecida a necessidade de matérias-primas e de bens intermediários fundamentais para a sustentação das elevadas taxas de crescimento econômico pelo governo, podemos observar isso com a criação da empresa Insumos Básicos S.A Financiamento e Participações – FIBASE, empresa subsidiária do BNDE, em 8 de maio de 1974. Dessa forma, segundo Lessa (1998), pode-se dizer que os primeiros e principais agentes pensados para as mudanças pretendidas na indústria seriam o BNDE, as grandes empresas estatais e a FIBASE.

No âmbito da alteração pretendida na Indústria brasileira, o financiamento e a implantação dos projetos relacionados aos insumos básicos teriam papel decisivo para a viabilidade do plano.

No setor da siderurgia já existia o Plano Siderúrgico Nacional, cujas normas foram aprovadas em 4 de julho de 1974. Esse plano antecipou a meta de 20 milhões de toneladas do I PND, inicialmente estabelecida para 1980, para 1978, fixando uma nova meta para 1980 que seria de 25 milhões de toneladas para uma capacidade instalada ao final do ano de 32 bilhões de t. Nesse total estariam incluídos os projetos de Tubarão e Itaquí, os quais estavam sendo desenvolvidos com a participação acionária de empresas siderúrgicas estrangeiras. Em 1974 as três grandes usinas estatais CSN, Cosipa e Usiminas tiveram o custo de suas ampliações programadas de 1,6 para US\$ 2,1 bilhões. Em 1976 a empresa Nippon Steel Co. condicionou sua participação no projeto Itaquí a uma reversão do mercado mundial de aço, já a empresa

Kawasaki reafirmou sua intenção de participar do projeto Tubarão, o qual também contou com a adesão da empresa italiana Finisider (LESSA, 1998, p.108).

Nos anos subsequentes houve controvérsias a respeito das composições acionárias e de seus contratos. A partir daí o que se observou na área da metalurgia pesada foram encurtamentos das metas estabelecidas. A meta para 1976 era a conclusão da segunda etapa dos projetos de expansão das três grandes usinas estatais (Companhia Siderúrgica Nacional, Usiminas e Cosipa) obtendo uma capacidade de produção elevada para 7,2 milhões de t/ano, porém, essa meta foi adiada para 1977. Em 1975 foi incorporada a Açominas, cujo capital era subscrito 40% pela Siderbrás; 20% pela CVRD; 20% pelo Governo Estadual de Minas Gerais e 20% reservado para um grupo estrangeiro e a produção seria destinada a laminados não-planos. No 7º Congresso de Siderurgia Brasileiro realizado em 1976, o Ministro Severo Gomes afirmou que a siderurgia brasileira, assim como a economia, estava sofrendo as conseqüências das falhas oriundas das importações que acarretavam grandes dispêndios de divisas para o país. A iniciativa privada, por outro lado, questionava o governo quanto à delimitação do campo de atuação das empresas privadas e estatais. Em abril de 1978 no 8ª Congresso Brasileiro de Siderurgia reduziram-se as metas de 1974 pela metade em razão da crise internacional e a evolução interna da economia (LESSA, 1998, p.108 e 109).

Em razão da prioridade destinada aos não-ferrosos com o II PND, a CONSIDER sofreu uma reorganização e tornou-se o Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia, que em 1975 estabeleceu o Programa Nacional de Desenvolvimento da Indústria de Metais Não-Ferrosos. Esse programa tinha como metas físicas de produção primária interna, condicionadas a disponibilidade de matéria-prima, para serem alcançadas até 1983: Alumínio (1.315 mil t) Cobre (400 mil t), Chumbo (172 mil t), Zinco (300 mil t), Estanho (21 mil t), Níquel (24 mil t). Tais metas superavam as previstas pelo II PND e os investimentos totais deveriam atingir cerca de US\$ 5.230 milhões (LESSA, 1998, p.110).

Ainda de acordo com Lessa (1998, p.110), no setor de alumínio houve expansões das empresas existentes, entre elas o grupo Votorantin, e foram construídos complexos na região de Trombetas, onde havia grandes reservas de bauxita. O complexo Alunorte produzia inicialmente 1,6 milhão de t/ano de Alumina, o Albras produzia 640.000 t/ano de alumino. O estabelecimento

desse complexo exigia a construção da usina de Tucuruí. Em 1976 as suas metas iniciais foram reduzidas pela metade e o início de sua operação estava prevista para 1985 e o Brasil ficava responsável pelo investimento integral de Tucuruí.

A projeção para a produção de zinco para 1980 era de 130 mil t/ano segundo o CONSIDER. As reservas de Paracatú de minério de boa qualidade, em 1975, seriam responsáveis por promover o alcance dessa meta. A Metais Minas Gerais - Metamig, empresa controlada pelo governo estadual, se ocuparia da exploração mineral. Na área dos álcalis – barrilha e carbonato de sódio – a CNA tinha uma planta cuja meta para 1976 era de 200 mil t/ano e em 1977 entraria em operação uma planta de 200 mil t/ano de carbonato de sódio que seria implantada em Macau. Em 1976 a CNA apresentou praticamente a mesma quantidade do ano anterior, mas o ritmo foi considerado satisfatório pelo governo, mantendo sua projeção de 200 mil t/ano para 1977. Já o início da operação comercial da nova unidade em Macau estava prevista para 1979 (LESSA, 1998, p.111).

O CONSIDER programou para o cobre em 1975 a instalação de duas usinas com capacidade total de 170.000 t/ano para 1982 e duas outras para mais 230 mil t/ano em 1983. Em 1976 o projeto da Caraíba Metais/Bahia que foi transferido para a FIBASE continuava sem a pesquisa de jazidas concluída. Em 1977 o governo informou que haviam sido tomadas medidas para ativar a implantação do projeto da Caraíba Metais com a produção de 150 mil t/ano de cobre, sob o controle da FIBASE/BNDE e futuramente contaria com a participação do setor privado (LESSA, 1998, p.111).

Segundo Lessa (1998), os indicadores do II PND para a área de fertilizantes foram substituídos em 7 de novembro de 1974 por metas indicativas para macronutrientes. As diretrizes para o setor foram fixadas pelo CDE através do Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola. As metas para este setor foram triplicadas em relação ao II PND, visando a duplicação da taxa histórica de crescimento agrícola, fundamental para a manutenção da taxa de crescimento de exportações e para melhoria da alimentação da população.

A área de nitrogenados que estava sob responsabilidade do sistema Petrobrás, além da ampliação da planta de Camaçari em 1976, contava com projetos em início de implantação em Laranjeiras no Sergipe e em Araucária no Paraná. Em 1977 havia estudos de uma planta que

seria instalada no terceiro pólo petroquímico e de uma unidade no norte do Rio de Janeiro, onde não haviam sido diagnosticados problemas. Com relação a potássio em 1976 o grupo Lume – Financiar, que havia ganhado a concorrência da CPRM para lavra das jazidas de evaporitos de Carmópolis, começou a oscilar, admitindo ampliar a participação da Petroquisa para 50% mas recusou-se a vender a sua participação. Mais tarde o Banco Central decidiu pela liquidação extrajudicial das empresas do grupo, permanecendo assim, em aberto as definições para o aproveitamento das reservas de potássio de Carmópolis para a produção de 1 milhão de t/ano de óxido de potássio (LESSA, 1998, p.112 e 113).

O CDE almejava a auto-suficiência na área de fertilizantes fosfatados para 1980. Para isso além das grandes reservas minerais, autonomia tecnológica, possibilidade de adquirir internamente 80% dos bens de capital exigidos pelo setor, haveria um esquema governamental de incentivos, financiamentos e subsídios afim de, promover a auto-suficiência. As reservas de Patos de Minas foram concedidas, em 1976, a uma empresa constituída por Petrofértil (grupo Petrobrás), FIBASE e Cia. Agrícola de Minas Gerais – Camig (Governo Estadual) e 40% de seu capital seria reservado para grupos privados. A Valep exploraria as jazidas de Tapira, enquanto a Valefértil implantaria um complexo industrial para a produção de monoamônio fosfato e superfosfato triplo, ambas empresas eram subsidiárias da CVRD. Mais tarde a Petrobrás teria assumido o controle da Valefértil (LESSA, 1998, p.113 E 114).

Em 1976 o CDE escolheu o Rio Grande do Sul como local para o 3º Pólo Petroquímico, que começou a operar em 1982. A unidade de eteno ficou a cargo da Copesul (Petroquisa/Fibase), as unidades de 2º geração foram destinadas para grupos privados nacionais.

O Programa Nacional de Papel e Celulose teve suas diretrizes firmadas pelo CDE no final de 1974, e ampliou consideravelmente as metas do II PND. Nessa área havia associação com o capital japonês e a CVRD há alguns anos já implantava projetos de reflorestamento e desenvolvendo estudos de uma unidade de celulose para a exportação. O II PND incentivou grandes projetos privados para celulose que surgiram. Segundo o Presidente da Associação Paulista de Fabricantes de Papel e Celulose, H.Cherkassky, dentro do II PND o Programa de Papel e Celulose era aquele que mais vinha se aproximando de sua concretização, porém, ao final de 1976, ele afirma que com os cortes nos recursos do BNDE e a retirada da correção

monetária de 20% os investimentos em celulose se tornariam mais difíceis (LESSA, 1998, p.115).

Segundo Lessa (1998), na área dos produtos farmacêuticos, em 1976, diversos projetos estavam definidos, entre eles um projeto de vitamina C – Getec, um projeto de antibióticos – Cibran. Nesse setor predominava a iniciativa privada nacional.

Em relação ao fornecimento de energia, na área de hidroeletricidade houve, em 1974, a constituição da Itaipu Binacional para a implantação da usina, o custo inicial previsto era de US\$ 4 bilhões e as linhas de transmissões em alta tensão custariam US\$ 1 bilhão a mais. Na área de energia nuclear, em 1975 foi negociado o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha que entrou em vigor em 18 de novembro de 1975. Esse acordo previa a colaboração nas áreas de pesquisa mineral, enriquecimento de urânio, reprocessamento de plutônio, produção de combustível e construção de reatores e usinas. Com relação ao petróleo, desde antes do II PND, no início de 1974, já havia diretrizes claras como: intensificação dos programas de pesquisa, prospecção e exploração das possibilidades da plataforma submarina, elevação dos preços dos refinados de petróleo. Em 1975 foi lançado o programa Pró-álcool (LESSA, 1998, p.127).

3.3 Resultados Alcançados em Termos de Expansão da Capacidade Produtiva

Os investimentos em exploração e produção de petróleo por parte da Petrobrás ampliaram sua participação de 27% em 1974 para 70% em 1980. Dessa forma, a partir de 1979 começam a surgir os resultados mais significativos. Enquanto a produção de petróleo apresentava um aumento médio anual de 1,3% ao ano em 1974-1979, essa produção de petróleo aumentou 17,4% entre 1979 e 1986, ao mesmo tempo em que expandiu a exploração comercial em águas profundas. A energia elétrica e a energia ligada à cana-de-açúcar apresentaram resultados mais satisfatórios em relação ao aumento de produção, obtendo aumentos médios anuais de 12,2% e 9,9% respectivamente entre 1974 e 1979 (GREMAUD; PIRES, 1999).

Segundo as metas do II PND, a capacidade instalada de produção de aço em lingotes em 1974 era de 8,6 milhões de toneladas e deveria alcançar 22,3 milhões em 1979. A produção efetiva em 1979 foi de 13,9 milhões de toneladas, alcançando 62,4% do total almejado, porém,

se considerarmos o ano de 1984 a produção foi de 18,4 milhões, obtendo assim um índice de 82,4% da meta de 1979 (GREMAUD; PIRES, 1999, p.91).

Conforme Gremaud e Pires (1999, p.91), o setor de metais não-ferrosos apresentou “um desempenho excepcional”. Em relação à produção de alumínio, cobre e zinco, as metas do plano foram alcançadas já em 1979 e ampliaram-se no início dos anos 80. O alumínio que já possuía certo poder competitivo no início do plano passou a apresentar um importante fluxo de exportações a partir de 1983.

O setor de papel conseguiu alcançar a meta fixada em 1974 quanto à produção já 1979, superando-a em quase 30% em 1984.

Tabela 2 – Papel (1000 t) – 1974 – 1984

Setores	Capacidade Produtiva (1)		Produção Efetiva		Produção efetiva como % da meta para 1979	
	1974	Meta p/1979	1979	1984	1979	1984
Papel	2.267	2.900	2.979	3.742	102,7%	129,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

(1) II PND, p.103

O setor de Celulose não atingiu a meta estipulada de 2.860 mil t para 1979 alcançando uma produção de 2.780 mil t, equivalente a 97,2% da meta, no entanto, em 1984 a produção foi de 3.364 mil t superando a meta em 17,6% (GREMAUD; PIRES, 1990, p.92).

Conforme a tabela 3, o setor de fertilizantes superou a meta de produção de 1,2 milhões de toneladas já em 1979, atingindo a produção efetiva de 1,5 milhões de toneladas e superando a produção de 1974 em quase 10 vezes.

Tabela 3 – Fertilizantes (1000 t) – 1974 – 1984

Produtos	Capacidade Produtiva		Produção Efetiva		Produção efetiva como % da meta para 1979	
	1974	Meta p/1979	1979	1984	1979	1984
Fertilizantes	585	1.199	1.533	5.533	127,9%	461,5%

Fonte: GREMAUD; PIRES, p.92, 1999

Após a reflexão acerca dos investimentos e projetos implantados a partir do II PND e da especificação e análise dos setores, o próximo capítulo tratará do impacto dessas medidas no desempenho interno e externo dos setores de metais-não ferrosos, de produtos siderúrgicos, de produtos químicos, de fertilizantes e de papel e celulose, pois foram os setores prioritários do plano com relação à estratégia para a indústria de insumos básicos e também porque tiveram seus programas implantados. O período utilizado para análise será de 1974 a 1986 visto que a maturação dos programas do II PND estava prevista para o início dos anos 1980 e para se ter uma abrangência maior para análise.

4. Impactos do II PND Sobre os Coeficientes de Comércio Exterior dos Setores de Bens Intermediários

De acordo com Castro e Souza (1985), os setores que foram objeto de grandes programas apoiados pelo II PND como os metais não-ferrosos, os produtos químicos, o papel e a celulose, os fertilizantes e os produtos siderúrgicos tiveram as suas importações totais reduzidas em 60%, entre 1980 e 1983. Já em 1984 o aumento das exportações ocorreu em função da expansão do mercado norte-americano, do início da recuperação dos países latino-americanos e africanos e “a entrada em carga de alguns grandes projetos oriundos de meados dos anos 1970 e, claro, os estímulos derivados da política cambial” (CASTRO; SOUZA, 1985, p.25).

Como mostra o estudo feito por Carneiro (2002), em relação ao comércio exterior, o grupo composto pelos setores da celulose, papel e gráfica, minerais não-metálicos e siderurgia, que faziam parte dos setores de bens intermediários incentivados pelo II PND, passou a apresentar superávit a partir de 1979/1980. Segundo Carneiro (2002, p.78), esta seria “uma modificação relevante produzida pelo II PND”, pois o setor teria saído de uma posição de deficitária no início dos anos 1970 para o equilíbrio em 1980, com alguns superávits importantes nos setores da siderurgia, papel e celulose.

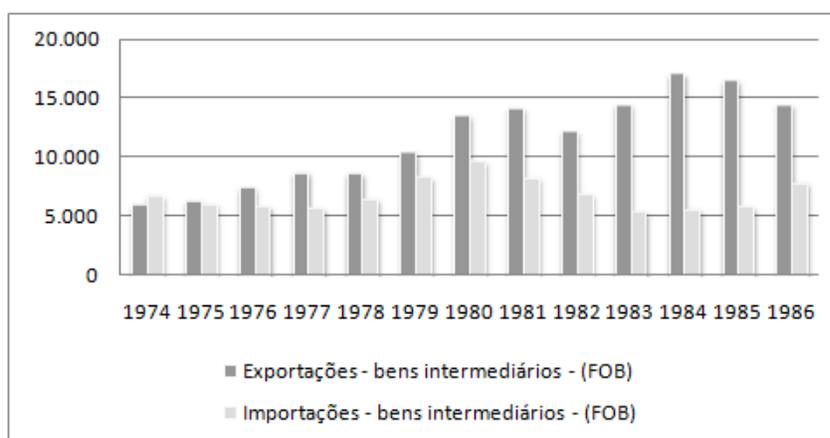
Segundo Gremaud e Pires (1999), em termos gerais, foram grandes os avanços conseguidos no tocante à substituição de importações e ao aumento de exportações se considerados os resultados principais alcançados ao longo da segunda metade dos anos 1970 e início dos anos 1980 - devido os atrasos na implementação de grande parte dos projetos do II PND.

A expansão da capacidade produtiva resultante dos grandes programas setoriais do II PND começou a apresentar resultados ao final da década de 1970 prosseguindo no início dos anos 1980 até chegar ao auge em 1983 e 1984. Em 1984 as exportações brasileiras apresentaram um crescimento significativo de 23,3%, proporcionando a base para a retomada do crescimento econômico a partir deste ano (CASTRO; SOUZA, 1985).

“O desempenho da balança comercial teve como fatores favoráveis: a maturação dos projetos de substituição de importações contemplados pelo II PND – especialmente na área de derivados do petróleo; a manutenção de uma política cambial realista; a recuperação econômica mundial; o bom desempenho do setor agrícola; e o aumento de produtividade em setores mais voltados para o mercado externo”. (CENSO INDUSTRIAL DO IBGE, 1985, p.24)

Através da análise do Gráfico 1 podemos observar o crescimento das exportações de bens intermediários assim como a redução das importações a partir do início dos anos 1980.

Gráfico 1 – Evolução do Valor FOB das Exportações e Importações por categoria de uso: Bens Intermediários 1974 – 1986



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Nota: Em US\$ (milhões)

O crescimento alcançado pelo PIB em 1984 de 5,0% teve como destaque o desempenho dos setores de bens de capital, com a maior taxa entre os setores industriais (14,8%), seguidos pelos bens intermediários que foram favorecidos pelas exportações, principalmente de produtos siderúrgicos. Segundo dados do censo industrial do IBGE de 1985, os gêneros industriais que obtiveram saldo positivo e que apresentaram bom desempenho nas exportações neste período foram justamente aqueles que estavam ligados à política de substituição de importações, ou seja, aos programas de investimentos setoriais do II PND. Os exemplos mais expressivos são a extrativa mineral, a química e a metalúrgica.

Castro e Souza (1985) utilizaram em sua análise o ganho de divisas que consiste na diferença entre o valor das importações líquidas virtuais (volume virtual de importações líquidas multiplicado pelo preço vigente no mercado internacional) e o valor das importações líquidas

efetivas. O volume de importações virtuais é diferença entre o consumo interno de cada produto, ou grupo de produtos, associado a um determinado programa (petróleo, metais não-ferrosos, produtos químicos, papel e celulose e produtos siderúrgicos), e o nível médio de sua produção em 1979/1980. Essa diferença fornece uma estimativa do volume de importações virtuais que teria sido necessário realizar, caso não entrasse em operação a capacidade produtiva adicional, oriunda de investimentos passados, incluídos nos programas setoriais do II PND.

Os ganhos de divisas dos principais setores de bens intermediários provenientes dos programas de investimentos, conforme Castro e Souza (1985) são apresentados na Tabela 2.

Tabela 4 – Ganhos de divisas derivados dos programas setoriais (US\$ milhões)

Ano	Metais Não-Ferrosos	Papel e Celulose	Produtos Siderúrgicos	Fertilizantes	Produtos Químicos	Total
1981	22	90	149	354	1.029	1644
1982	139	170	79	218	1.210	1.816
1983	366	188	363	308	1.308	2.533
1984	353	378	636	325	1.307	2.999

Fonte: CASTRO E SOUZA, 1985, p.58

Carneiro (2002, p.81) fez um estudo da pauta de exportações segundo os principais grupos de produtos, entre 1973 e 1980, e concluiu que houve uma expressiva diversificação em direção aos manufaturados, cuja participação aumentou de 28% em 1974 para 45% em 1980. Contudo, o maior movimento de diferenciação ocorreu a partir de 1977 estando associado à ampliação do quantum exportado de bens manufaturados observado no período e à diversificação da pauta. Considerando a redução do crescimento do comércio internacional no período concluiu que o desempenho das exportações explicava-se pelo conjunto de incentivos fiscais e subsídios creditícios às exportações de manufaturados além da diversificação em direção aos bens intermediários.

4.1 Siderurgia

Embora as metas de produção não tenham sido alcançadas, os laminados planos e não planos apresentaram resultados expressivos quanto às importações e exportações.

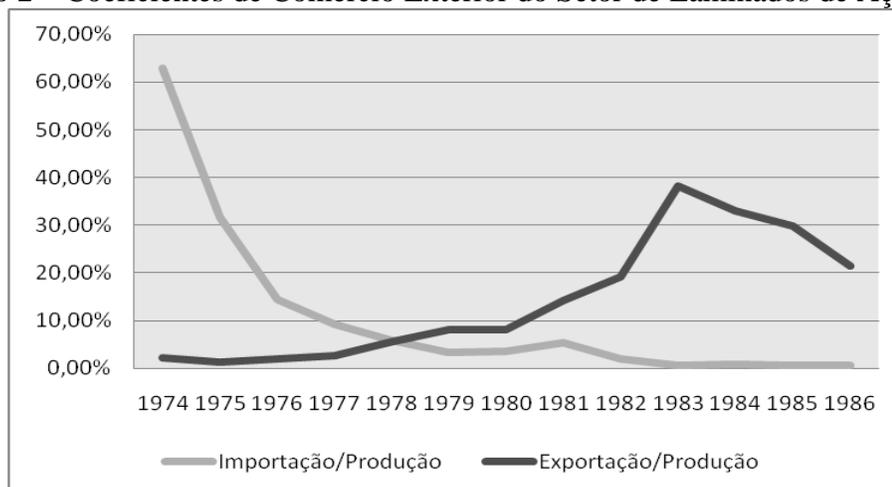
Tabela 5 – Siderurgia – Coeficientes de Comércio Exterior (quantum 1000 t)

Período	Importação/Produção (%)		Exportação/Produção (%)	
	Laminados Planos	Laminados Não Planos	Laminados Planos	Laminados Não Planos
1974	113,65	25,21	1,19	2,98
1975	50,49	15,76	1,40	1,28
1976	21,26	8,47	1,09	2,57
1977	13,44	4,76	0,33	5,11
1978	7,04	4,61	2,91	8,72
1979	4,13	2,28	7,41	8,84
1980	4,14	2,95	10,77	4,87
1981	7,14	3,19	13,62	15,03
1982	2,37	1,53	22,85	14,60
1983	0,50	0,91	42,09	32,29
1984	0,45	1,15	32,09	34,44
1985	0,70	0,55	27,32	33,44
1986	0,69	0,42	23,10	19,14

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

Reduziram-se as necessidades de importação de laminados planos de 113,65% em 1974 para 0,69% em 1986 e de laminados não planos de 25,21% para 0,42%, no mesmo período, e ampliaram-se os excedentes exportáveis de laminados planos de 1,19% em 1974 para 23,10% em 1986 e de laminados não planos de 2,98% em 1974 para 19,14% em 1986, chegando a alcançar o pico de 34,44% em 1984.

Gráfico 2 – Coeficientes de Comércio Exterior do Setor de Laminados de Aço (quantum t)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Conforme observamos no gráfico 2 a partir da implantação do II PND em 1974 há uma redução dos coeficientes de importação do setor de laminados de aço, acompanhados por um crescente nível das exportações, principalmente no início dos anos 80.

4.2 Metais Não-Ferrosos

Quanto aos coeficientes de importação e de exportação verifica-se, na tabela 4, que reduziram-se significativamente as necessidades de importação destes insumos, ao passo que aumentaram os coeficientes de exportação.

Tabela 6 – Metais Não Ferrosos – Coeficientes de Comércio Exterior (quantum t)

Período	Importação/Produção (%)			Exportação/Produção (%)		
	Alumínio	Cobre	Zinco	Alumínio	Cobre	Zinco
1974	15,34	38,24	39,76	0,23	0,36	0,01
1975	10,09	49,02	22,00	0,20	0,35	0,04
1976	9,65	26764,10	19,00	0,18	95,80	0,02
1977	9,26	29939,13	12,79	0,22	288,89	0,02
1978	7,01	24767,08	13,54	0,31	827,51	0,01
1979	3,61	32,43	11,04	0,34	1,16	0,03
1980	1,21	5,79	5,17	0,19	0,12	0,03
1981	0,60	3,63	3,82	0,34	0,28	1,64
1982	0,30	3,49	1,03	0,35	0,18	0,35
1983	0,14	0,98	0,43	2,48	0,27	0,25
1984	0,09	2,01	0,60	2,05	0,65	0,41
1985	0,07	1,20	2,78	2,21	0,30	0,01
1986	0,08	1,95	1,99	4,11	0,35	0,01

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

Estes setores passaram de uma situação de forte dependência externa para praticamente auto-suficiência. O cobre que desde o início do período apresentava elevada necessidade de importação, principalmente entre 1976 e 1978 quando apresentou os coeficientes de importação mais elevados chegou ao final do período com coeficiente de importação de apenas 1,95. Já o alumínio que entre os metais verificados na tabela 4 apresentava o menor coeficiente de importação em 1974 passou a apresentar além da auto-suficiência, o maior coeficiente de exportação ao final do período. O zinco da mesma forma que o cobre reduziu significativamente suas necessidades de importação, no entanto, não teve grandes resultados quanto a exportação.

4.3 Papel e Celulose

Quanto aos coeficientes de importação e exportação, ambos os setores apresentaram forte queda na necessidade de importar, em especial a celulose, que além de praticamente atingir a auto-suficiência em 1983, aumentou seu excedente passando para um coeficiente de exportação de 27,7%.

Tabela 7 – Celulose: Coeficientes de Comércio Exterior – 1974-1983

Produtos	Coeficiente de Importação			Coeficiente de Exportação		
	1974	1979	1982	1974	1979	1982
Celulose	16,6%	3,4%	0,8%	11,8%	20,9%	27,7%

Fonte: GREMAUD; PIRES, p.93, 1999

O setor produtor de papel apresentou redução na necessidade de importação logo no início do plano em 1975 e depois voltou a apresentar nova queda no início dos anos 80. Em relação à exportação de papel, houve um aumento mais significativo a partir de 1981 chegando a 18,79% em 1984.

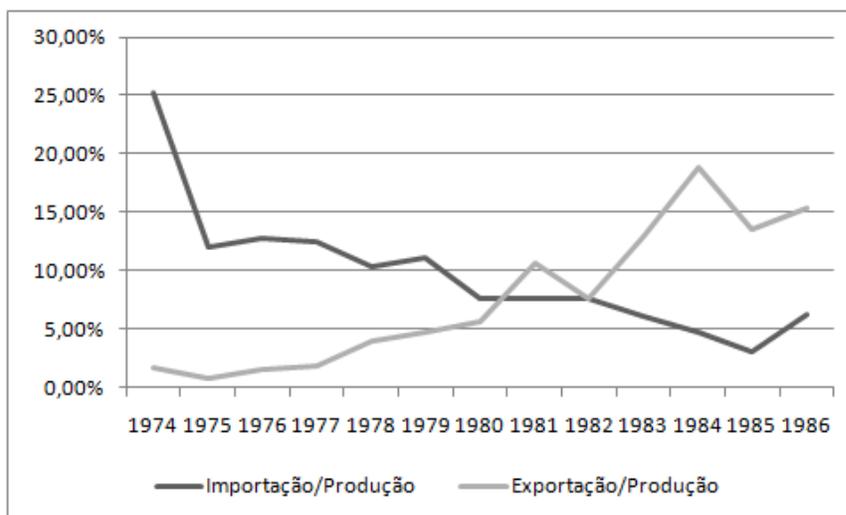
Tabela 8 – Papel – Coeficientes de Comércio Exterior (quantum t)

Período	Importação/Produção (%)	Exportação/Produção (%)
1974	25,19	1,67
1975	12,09	0,77
1976	12,76	1,61
1977	12,53	1,88
1978	10,41	4,02
1979	11,04	4,73
1980	7,65	5,65
1981	7,57	10,63
1982	7,63	7,66
1983	6,09	12,91
1984	4,81	18,79
1985	3,01	13,50
1986	6,21	15,29

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Conforme o Gráfico 3 observamos a evolução dos coeficientes de comércio do setor produtor de papel entre 1974 e 1986. É possível identificarmos que há um crescimento mais acentuado das exportações a partir de 1980 e uma queda das importações desde 1975.

Gráfico 3 – Coeficientes de Comércio Exterior do Setor de Papel 1974 – 1986 (quantum t)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

4.4 Fertilizantes

O setor de fertilizantes apresentou queda das necessidades de importação menos íngreme do que os outros setores, no entanto, a queda ainda é significativa ao passo que passou de 212,83% em 1974 para 64,07% ao final do período, chegando a alcançar o mínimo de 36,79 em 1983. Quanto ao coeficiente de exportação não houve mudanças significativas ao longo do período.

Tabela 9 – Fertilizantes: Coeficientes de Comércio Exterior (quantum t)

Período	Importação/Produção (%)	Exportação/Produção (%)
1974	212,83	0,90
1975	126,15	0,61
1976	97,88	0,27
1977	111,52	0,07
1978	98,03	0,26
1979	96,53	0,42
1980	81,41	0,18
1981	59,45	0,32
1982	60,72	0,76
1983	36,79	5,62
1984	47,50	0,98
1985	47,12	0,67
1986	64,07	0,69

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

O setor apresentou desempenho relativo diferenciado entre o setor de fertilizantes fosfatados e o de fertilizantes nitrogenados quanto aos coeficientes de importação. Ambos reduziram seus coeficientes de importação, embora o de fertilizantes fosfatados tenha apresentado queda mais significativa.

Tabela 10 – Fertilizantes Nitrogenados e Fosfatados: Coeficientes de Importação – 1974 – 1983

Produtos	Coeficiente de Importação		
	1974	1979	1982
Fertilizantes Nitrogenados	63,1%	63,7%	38,4%
Fertilizantes Fosfatados	57,7%	25,8%	8,6%

Fonte: GREMAUD; PIRES, p.93, 1999

4.5 Produtos Químicos

Em relação à redução das importações e aumento dos excedentes exportáveis, a petroquímica (básica e intermediária) obteve considerável sucesso, passando de uma necessidade de importação da ordem de 14% no caso da petroquímica básica e 41% no da petroquímica

intermediária para a quase auto-suficiência em 1983, além da geração de exportações apresentando coeficientes da ordem de 12%.

Tabela 11 – Petroquímica: Coeficientes de Comércio Exterior – 1974-1983

Produtos	Coeficiente de Importação			Coeficiente de Exportação		
	1974	1979	1983	1974	1979	1983
Petroquímica	14,0%	7,0%	0,3%	0,0%	0,4%	12,3%
Básica						
Petroquímica	41,0%	18,0%	2,0%	1,9%	3,6%	12,3%
Intermediária						
Resinas	35,2%	14,0%	1,0%	2,0%	2,0%	30,0%
Termoplásticas						
Fibras Sintéticas	21,6%	5,1%	1,0%	1,3%	6,1%	18,1%
Elastômeros	20,7%	14,0%	16,0%	0,7%	6,1%	18,1%
Sintéticos						
Soda Cáustica	53,1%	2,9%	0,1%	-	-	-

Fonte: GREMAUD; PIRES, p.93, 1999

5. O II PND e seu Significado como Estratégia Industrial

Na literatura econômica brasileira há uma controvérsia a respeito das razões que levaram o governo Geisel a lançar o II PND e de quais foram as suas conseqüências para a economia e a indústria brasileira, assim como a sua racionalidade econômica. A alternativa adotada pelo governo em 1974 é vista muitas vezes como uma determinação do governo em prosseguir o processo de desenvolvimento, mesmo em meio a uma conjuntura adversa, com base unicamente na vontade política.

Segundo a interpretação de Castro e Souza (1985), após a crise que emergiu em 1974, a economia brasileira foi levada a ingressar em um período chamado pelo autor de “marcha forçada”, no qual o país sustentaria taxas elevadas de investimento, mesmo que o período fosse de conjuntura adversa. Os resultados desta “marcha forçada” surgiram através de uma expressiva melhoria no Balanço de Pagamentos, a qual, segundo esses autores, teria sido atribuída erroneamente à política econômica dos anos 1980 (CASTRO; SOUZA, 1985, p.8).

Quanto à racionalidade econômica Castro e Souza (1985, p.35) afirmam que a solução adotada pelo governo em 1974 “contém uma alta dose de racionalidade econômica”, mesmo reconhecendo a vontade política por trás da escolha. Isso porque ao evitar uma crise conjuntural e ao mesmo tempo criar novas e amplas oportunidades futuras, “as escolhas de 74 conformavam uma estratégia econômica oportuna e promissora” (CASTRO; SOUZA, 1985, p.35). Com a deterioração dos termos de intercâmbio, a partir do 1º choque do petróleo, em 1974, a economia brasileira encontrava-se em uma situação complicada, de forma que não seria suficiente impor a economia uma diminuição do gasto interno, ao passo que a estrutura econômica estava desbalanceada e vulnerável frente à instabilidade internacional. Ao contrário, as mudanças necessárias para correção das deficiências verificadas na estrutura produtiva exigiam um ambiente favorável a investimentos.

Já segundo a interpretação de Lessa (1998), o II PND não pretendia dar uma resposta à crise externa, mas utilizar a crise do petróleo como justificativa para o seu projeto “nacional-desenvolvimentista” (LESSA, 1998, p.86) e assim “preservar a idéia de continuidade e infalibilidade do regime autoritário” (LESSA, 1998, p.62).

Para Lessa (1998), o II PND é “um exemplo do exercício de autoridade”, o qual foi “exercido com a convicção alimentada pela euforia do milagre” (LESSA, 1998, p. 77). Embora, o autor reconheça que os formuladores do plano estavam confiantes quanto ao seu resultado mediante o esforço do Estado em implementá-lo e ao fato de depois da publicação diversas metas terem sido ampliadas, ele afirma que houve de fato um evidente fracasso do regime autoritário em alterar o padrão de industrialização brasileiro, e que, na prática, o II PND morreu em 1977, quando houve queda dos níveis de investimentos dos programas.

Na análise de Carneiro (2002), o período de crescimento da economia brasileira entre 1970 e 1980 só pode ser visto mediante o entendimento do investimento autônomo liderado pelo Estado por meio do II PND.

“O período de crescimento da economia brasileira que se estende de meados da década de 1970 até início dos 80 só pode ser entendido a partir do investimento autônomo liderado pelo Estado por meio do II PND. Embora haja uma evidente desaceleração nas taxas de crescimento do produto e do investimento, a continuidade desse crescimento num contexto internacional adverso já confere ao período uma característica singular” (CARNEIRO, 2002, p.65).

Segundo Carneiro (2002), o II PND não realizou a pretendida diversificação adicional da matriz industrial na escala proposta, assim como não promoveu a implantação definitiva dos setores mais avançados da indústria. No entanto, o autor reconhece que o plano conseguiu preservar o processo de diferenciação da estrutura produtiva em direção à indústria pesada, tendo os segmentos produtores de bens intermediários e de energia avançado substancialmente, embora o setor de bens de capital tenha enfrentado maiores obstáculos. Carneiro (2002), seguindo a mesma linha de interpretação de Lessa (1998), afirma que houve uma contínua e progressiva queda da taxa de investimento, a partir de 1977, caracterizando o recuo do programa de inversões, assim como, apesar da ampliação absoluta dos investimentos nas indústrias de base, não ocorreu uma concentração significativa de investimentos, não havendo assim modificação substantiva no padrão.

Castro e Souza (1985, p.8) atribuem a retomada do crescimento a partir de 1984 ao efeito do “impacto dinamizador do saldo comercial” e às mudanças promovidas direta e indiretamente pela “marcha forçada”. A esse respeito, observam os autores, diferentemente do que ocorreu em outros países da América Latina, no Brasil, a redução das importações chegou a 33% entre 82 e

84, e mesmo com expansão industrial de 7% registrada em 1984, houve nova queda das importações, enquanto que no México, por exemplo, uma leve retomada do crescimento foi acompanhada de um aumento de 29,6% das importações (CASTRO; SOUZA, 1985, p.24). Com isso Castro e Souza (1985) sugerem que a queda das importações estava mais relacionada com os programas do II PND do que com a política de ajuste posta em prática em 1983 e 1984.

“Para conseguir o (mesmo) saldo comercial obtido nestes anos, mas sem contar com os ganhos advindos dos programas setoriais, seria necessário comprimir, adicionalmente, o gasto líquido de divisas, de US\$ 4,9 bilhões e US\$ 7,4 bilhões, respectivamente, em 1983 e 1984. Isso significa que mediante políticas de compressão (adicional) de gasto interno, desvalorização cambial, ou através de expedientes heterodoxos (intensificação do controle às importações, aumento dos subsídios às exportações, etc.), as importações totais teriam que ser reduzidas e/ou as exportações ampliadas, no correspondente àqueles valores” (CASTRO; SOUZA, 1985, p.59).

A substituição de importações verificada no campo dos insumos básicos não foi acompanhada de um “processo”, no qual a produção interna desses produtos requereria a aquisição no exterior de certas matérias-primas, peças e componentes, ou seja, não surgem “vazamentos (importações)”, ao contrário, a substituição e o ganho de divisas se faz de “uma vez por todas” (CASTRO; SOUZA, 1985, p.61 e 62). Sendo assim, a substituição de importações observada no caso dos insumos básicos permite que a economia opere a um maior nível de atividades com a mesma capacidade de importar.

Conforme Velloso (1998), a “estratégia de 74” abrangeu um ajuste dos dois lados, ou seja, da demanda e da oferta. Do lado da demanda, procurou desacelerar a economia gradualmente e fazer razoável esforço de mudança de preços relativos. Do lado da oferta, houve uma grande transformação produtiva, expandindo o investimento em *tradeables*, e realizando o *upgrading* da estrutura industrial e das exportações, através dos programas prioritários do II PND, com investimentos maciços em energia, insumos básicos e bens de capital.

Velloso (1998) ressalta ainda que uma estratégia voltada principalmente para a expansão das exportações não teria tido sucesso, porque as importações mundiais estavam crescendo pouco e porque os produtos que o Brasil até então exportava além de produtos primários, como têxteis e calçados, estavam sofrendo grande concorrência dos produzidos pelos tigres asiáticos.

Ou seja, a nova perspectiva de exportações de insumos básicos e de bens de capital foi introduzida pelo II PND.

O resultado desta escolha pode ser visto já em 1978 com uma redução do déficit de 1,6 bilhões em matérias-primas e de 0,6 bilhões em bens de capital. Em 1984 foi possível mensurar o resultado completo como um superávit de 6 bilhões em matérias-primas e 0,9 bilhão em bens de capital. Como podemos observar, o país havia passado de grande importador líquido a grande exportador de matérias-primas (não-petróleo) e a grande exportador líquido de bens de capital e passava a produzir cerca de 50% do petróleo que era consumido (VELLOSO, 1998, p.137).

Para Velloso (1998), a crise socioeconômica brasileira da década de 80 teve origem em fatores específicos da década de 80, como o uso abusivo das estatais para captar recursos externos, o estrangulamento tarifário a que foram submetidas, a sucessão de choques heterodoxos (Plano Cruzado) e o distributivismo da Constituição de 1988. Ao mesmo tempo, o autor reconhece que a estratégia de 1974 deixou um futuro vulnerável relativo à dívida externa e a situação fiscal. Essa vulnerabilidade se deve ao grande aumento da dívida externa decorrente da tomada de empréstimos a taxas de juros flutuantes.

Segundo Bacha (1984), as razões da acumulação da dívida externa brasileira estão mais ligadas à deterioração das relações de troca, dos choques de juros e da recessão mundial do que aos excessos de despesa doméstica. Em relação à resposta brasileira ao desajuste externo, Bacha discorda de Castro e Souza (1985). Para o autor, durante os períodos de 1974 a 1978, os esforços do governo em substituir energia importada não foram suficientes, acumulando a dívida externa como consequência e assim adiando a resolução dos problemas.

Conforme Cruz (1988), a tomada de recursos externos era de suma importância para a viabilização das altas taxas de crescimento do PIB. Segundo o autor, o endividamento externo foi condição necessária para promover o desenvolvimento da economia nacional (CRUZ, 1988, p.15).

Houve também algumas interpretações sobre o II PND no âmbito político, como por exemplo, a interpretação de Aguirre e Saddi (1997) que apresentaram uma alternativa de interpretação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Inspiradas no conceito de

Neopatrimonialismo², as autoras analisam a forma pela qual o Estado brasileiro conduziu o II PND e procuram mostrar que a escolha desse plano não possuía alta racionalidade econômica, como sugerem os autores Castro e Souza (1985), mas que essa escolha teve sua racionalidade politicamente determinada. Sob essa análise, o Estado brasileiro apresenta-se como um Estado racional-legal³, mas que possui tendência a forma de dominação “neopatrimonial” o que possibilita a adoção de políticas cuja racionalidade é substantiva⁴, sendo possível afirmar que o II PND foi um projeto politicamente determinado e não um plano dotado de “alta racionalidade econômica” (AGUIRRE; SADDI, 1997, p.82).

As autoras afirmam que para a realização do II PND foi necessário que o Estado unisse os interesses de “velhos” e “novos” grupos de interesse, ao que chamaram de “cooptação leal”. (AGUIRRE; SADDI, 1997, p.89) O Estado teria iniciado um processo de cooptar antigas oligarquias regionais que haviam ficado à margem do processo de industrialização brasileiro, a fim de compensar as duas pernas do “modelo tripé” que foram enfraquecidas, a iniciativa privada e o capital de risco externo. A iniciativa privada, devido à proteção do governo que passou a ser direcionada para as indústrias de capital pesado, e o capital de risco externo porque caiu com a crise internacional. Com essa conjuntura político-econômica teria surgido uma nova aliança formada pelo capital financeiro nacional, pelas grandes empreiteiras e pelo Estado.

Segundo Aguirre e Saddi (1997), o processo de financiamento do II PND a partir da expansão das empresas estatais, que era o principal agente econômico do plano, teve obstáculos e mostrou-se contraditório à medida que o governo limitou em 20% o limite superior de reajuste das tarifas públicas e dificultou o autofinanciamento das estatais que tiveram que recorrer ao endividamento externo.

Fonseca e Monteiro (2008) utilizam o enfoque institucionalista para demonstrar as razões que fizeram o Governo Geisel optar por um projeto de crescimento acelerado através do II PND diante do contexto de crise do período em questão. Os autores se contrapõem à interpretação de

² Neopatrimonialismo consiste em uma modificação ou adaptação do patrimonialismo de Weber, por fazer uma combinação dos tipos racional – legal e patrimonial.

³ Racionalidade formal ou legal consiste em uma série de normas explícitas do comportamento, ou “leis”, que definem o que deve e o que não deve ser feito pelo administrador em todas as circunstâncias. Esse tipo de racionalidade se refere à dominação política racional-legal.

⁴ Racionalidade substantiva maximiza um conjunto determinado de objetivos independente de regras e regulamentos.

que o II PND foi resultado da estrutura de dominação do Estado brasileiro chamado de neopatrimonialismo, porém, não negam que este seja um aspecto de relevância na formação histórico-social brasileira, embora essa categoria não seja adequada para explicar as ações do governo, da mesma forma que a racionalidade política não se contrapõe à racionalidade econômica do projeto.

Com base na descrição de neopatrimonialismo das autoras Aguirre e Saddi (1997, p.80) Fonseca e Monteiro (2008) sugerem que se trata de uma característica estrutural da sociedade brasileira e que, portanto, não pode ser restrito a apenas um período da história econômica brasileira, como no caso o governo Geisel. Por isso, o neopatrimonialismo não é suficiente para explicar as decisões tomadas nesse período, porque, se fosse assim, todas as decisões de outros períodos também trariam implícito esse argumento. Outras características de neopatrimonialismo, como a forte presença do Estado na economia, são vistos no modelo de substituição de importações, por exemplo, e isso não torna o processo de substituição de importações destituído de racionalidade econômica.

Para os autores a racionalidade política é fundamentada na própria conjuntura política. Dentro deste contexto é importante lembrar a busca dos governos militares em “legitimar” o regime. Os governos militares até então utilizavam o crescimento econômico como fonte de legitimidade do regime, no entanto, com a crise do período pós “milagre” não havia mais essa fonte, e se tornou necessário recorrer a outras fontes de legitimidade. Neste contexto surgiu a decisão do II PND o qual pretendia retomar o crescimento e permitir dessa forma um ambiente apropriado para a distensão e institucionalização do regime (FONSECA; MONTEIRO, 2008).

A racionalidade econômica do plano se encontra no objetivo de manter as taxas de crescimento econômico, mesmo que alterando os rumos do desenvolvimento econômico, contrariando grupos de interesse consolidados ao redirecionar os investimentos da economia, abandonando a prioridade pelos bens de consumo duráveis. De acordo com Fonseca e Monteiro (2008), mesmo que um plano tenha suas motivações políticas, isso não impede que o mesmo seja dotado de racionalidade econômica. A descentralização regional dos investimentos, por exemplo, não pode ser explicada apenas por motivos políticos objetivando cooptar “oligarquias regionais”, tendo em vista que a prioridade do plano era a alteração da matriz energética e os insumos

básicos cujos investimentos dependiam de fatores como matérias-primas, recursos minerais e hídricos, os quais se encontravam espalhados pelo território nacional.

Por fim, a racionalidade econômica do II PND apóia-se no diagnóstico correto da economia brasileira naquele momento, explicitando seus impasses estruturais e conjunturais, tornando clara a necessidade de alteração de investimentos. O plano demonstra que havia consistência interna entre o diagnóstico econômico e suas propostas e consistência externa ao perceber que a crise não era de caráter passageiro, e sim de caráter duradouro e estrutural. São inegáveis os motivos políticos por trás da decisão do II PND, no entanto, estes não invalidam a sua racionalidade econômica.

6 Conclusão

Conforme se verificou ao longo do trabalho, o cenário econômico imposto em 1973 com a deflagração do choque do petróleo, ao mesmo tempo em que o mundo vivia um período de instabilidade no mercado financeiro deixou mais evidente a posição frágil da economia brasileira que dependia fortemente das importações de insumos básicos, bens de capital e petróleo. A deterioração dos termos de troca, devido à elevação dos preços do petróleo e dos bens manufaturados de países desenvolvidos, a elevação das taxas de juros internacionais e a redução da expansão do comércio mundial que reduziu o crescimento das exportações brasileiras contribuíram para agravar o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Diante de tais dificuldades impostas no período o governo poderia ter optado por dar continuidade às altas taxas de crescimento mediante o financiamento externo ou ter promovido o ajustamento da economia freando o crescimento econômico.

O governo optou por tentar promover a superação da dependência externa, investindo na ampliação da capacidade de produção doméstica de bens de capital, de bens intermediários e de petróleo. É importante ressaltarmos que neste momento a economia não estava preparada para passar por um ajuste que causasse certa recessão e diminuição dos investimentos, pois a estrutura industrial do país estava incompleta e vulnerável. Assim, a manutenção do crescimento econômico brasileiro na década de 1970 só foi possível porque não foi imposto um ajuste conjuntural na época e devido ao fácil acesso ao endividamento externo. Durante esse período o país pode preparar melhor sua estrutura produtiva e sua economia para futuros choques externos, como foi o caso do segundo choque do petróleo em 1979.

O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento foi de fato um projeto ousado, que pretendia mudar profundamente a estrutura industrial brasileira, promovendo uma substituição de importações e a abertura de novas frentes de exportações nos setores de bens intermediários e de bens de capital, bem como o desenvolvimento do setor energético, científico e tecnológico, e da infra-estrutura.

Conforme observado no capítulo 5, há diferentes interpretações acerca dos impactos do II PND na estrutura industrial brasileira. Entre os autores que acreditam que o II PND teve resultado positivo, operando mudanças significativas na estrutura da indústria, estão Castro e

Souza (1985), Gremaud e Pires (1999) e Velloso. Para estes autores, os resultados do II PND podem ser observados na esfera da produção e do comércio exterior, com aumento da produção efetiva, redução da necessidade de importação e nos saldos positivos no balanço de pagamentos. As interpretações de Lessa (1998), Carneiro (2002), no entanto, são menos otimistas. Segundo esses autores, o II PND não promoveu as profundas mudanças almejadas na estrutura industrial e na economia brasileira, diminuindo os níveis de investimentos a partir de 1977.

Com relação aos impactos do II PND sobre os setores de bens intermediários, entretanto, há maior convergência entre as interpretações dos autores. Castro e Souza (1985), Gremaud e Pires (1999), afirmam que, de fato, houve aumento significativo da produção nestes setores, bem como a redução das necessidades de importação e que esses resultados são derivados dos programas de investimentos do II PND. Carneiro (2002) e Lessa (1998) apesar de terem uma visão mais crítica do Plano reconhecem que nesses setores houve avanços significativos.

Com o objetivo de observar se houve a redução da dependência externa da economia brasileira pretendida pelo Plano este trabalho analisou os impactos do II PND sobre os coeficientes de comércio exterior no capítulo 4. Dessa forma, verificou-se uma substituição de importações nos setores de bens intermediários, principalmente nos setores da siderurgia, dos metais não-ferrosos, do papel e da celulose, dos fertilizantes e da indústria química, os quais em sua maioria passaram de uma posição de extrema dependência de importações para a auto-suficiência. A partir do momento da maturação dos projetos do II PND observou-se a queda das importações de bens intermediários no geral e aumento das exportações nos setores da siderurgia e de papel.

Embora as motivações que levaram o governo Geisel a adotar o II PND sejam controversas na literatura econômica, bem como os resultados do plano para a economia brasileira, observou-se ao longo do trabalho que em relação aos setores produtores de bens intermediários, o II PND conseguiu promover as alterações almejadas, reduzindo a dependência externa do país.

Referências

AGUIRRE, Basília Maria Baptista; SADDI, Fabiana da Cunha. Uma alternativa de interpretação do II PND. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v.17, n.4, p.78 – 98, out./nov.1997.

BACHA, Edmar. L. Choques externos e perspectivas de crescimento: o caso do Brasil 1973/89. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. v. 14, n.3, p. 583 – 622, dez 1984.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Nobel, 2003.

BELLUZZO, Luís G. de Mello; ALMEIDA, Júlio S. Gomes de. A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira. In: BELLUZZO; BATISTA (org.). **A Luta pela sobrevivência da moeda nacional: ensaios em homenagem a Dílson Funaro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BELLUZZO, Luís G. de Mello; COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. 4 ed. v. 1. São Paulo: editora brasiliense, 1982.

BELLUZZO, Luís G. de Mello; COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. 4 ed. v. 2 Campinas: UNICAMP. IE, 1998.

BOARATI, Vanessa. A defesa da estratégia desenvolvimentista – II PND. **História econômica e história de empresas**. São Paulo, v. VIII-I. 2005.

BONELLI, Regis. **Ensaio sobre política econômica e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro, 1996.

BONELLI, Regis; MALAN, Pedro S. **Crescimento Econômico, Industrialização e Balanço de Pagamentos: O Brasil dos anos 70 aos anos 80**. IPEA, Rio de Janeiro, 1983.

BONELLI, Regis; MALAN, Pedro S. Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. **Pesquisa e Política Econômica**, Rio de Janeiro, 6 (2). 1976.

BRASIL. II plano nacional de desenvolvimento (1975-79). Imprensa Oficial, Brasília. 1974.

CARNEIRO, Dionísio D. Crise e Esperança: 1974-1980. In: ABREU, M. P. (org.) **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1990.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira do último quarto do século XX. São Paulo: UNESP. 2002

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

CAVALCANTI, Carlos Brandão. **Transferência de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna**. Rio de Janeiro, BNDES, 1988.

CRUZ, Paulo Davidoff. **Dívida externa e política econômica**: a experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra; MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de economia Política**. São Paulo, v.28, n.1 jan/mar. p.28-46, 2008.

GREMAUD, Amaury Patrick; PIRES, Julio Manuel, In: KON, Anita. **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva. p.41 – 101. 1999

GREMAUD, Amaury Patrick; JUNIOR, Rudinei Toneto; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo, 1996.

HERMANN, Jenifer, *in* GIAMBIAGI, Fabio. et al. **Economia Brasileira contemporânea (1945 – 2004)**. São Paulo: CAMPUS. p.69 – 114. 2005

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1975**. V.36. Rio de Janeiro, 1976. Disponível em:
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/AEB/AEB1975.pdf>> Acesso em: 22 out. 2010.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1976**. V.37. Rio de Janeiro, 1977. Disponível em:
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/AEB/AEB1976.pdf>> Acesso em: 22 de out. 2010.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1979**. V.40. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em:
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/AEB/AEB1979.pdf>> Acesso em: 22 de out. 2010.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1982**. V.43. Rio de Janeiro, 1983. Disponível em:
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/AEB/AEB1982.pdf>> Acesso em: 22 de out. 2010.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1985**. V.46. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em:
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/AEB/AEB1985.pdf>> Acesso em: 22 de out. 2010.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil – 1987-1988**. V.48. Rio de Janeiro, 1988. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/AEB/AEB1987_1988.pdf> Acesso em: 22 de out. 2010.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Econômicos – Censo Industrial dados geral Brasil 1985**. n.1. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoindustrial/Censo%20Industrial_1985_n1_DG_Brasil.pdf> Acesso em: 2 de out. 2010

LAGO, Luiz Aranha Corrêa. In ABREU, M. P. (org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1990.

LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento 1974-76**. Sonho e fracasso. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria. **Economia Brasileira**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SUZIGAN, Wilson. **A economia brasileira**. 2.ed. São Paulo: Nobel, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição; DAVID, Maurício Dias. **A economia política da crise**. Rio de Janeiro, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, José Carlos de. **O grande salto para o caos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. A fantasia política: a nova alternativa de interpretação do II PND. **Revista de Economia Política**, vol.18, nº2, p.133-144, abr/jun. 1998.